



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

CAMPUS CEILÂNDIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM SEGURANÇA PÚBLICA, COM ÊNFASE EM FORMAÇÃO DE TUTORES,
PRECEPTORES E EM PESQUISA PARA O DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

BRASÍLIA-DF

2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Reitoria

Wilson Conciani

Reitor

Luciana Miyoko Massukado

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Campus Ceilândia

Tarcísio Ribeiro Khun

Diretor-Geral

Kelly de Oliveira Santos

Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Michelle Viana Batista

Coordenadora Geral de Ensino

Instituições Parceiras

FUNAB – Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal

APC – Academia de Polícia Civil do DF

Comissão de Elaboração do Plano de Curso

Profa. Kelly de Oliveira Santos, IFB

Profa. Conceição de Maria Cardoso Costa, IFB

Professores Colaboradores

Profº. Mourad Ibraim Belaciano-FUNAB

Profº. Reinaldo Oscar de Freitas Mundim Lobo Rezende-APCDF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SUMÁRIO

I.	CURSO	4
II.	JUSTIFICATIVA	6
III.	HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PROJETO	16
III.1	Instituto Federal de Brasília – Campus Ceilândia	16
III.2	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB	18
III.3	Academia de Polícia Civil	22
IV.	OBJETIVOS	27
V.	PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO	28
	Público Alvo	28
	Perfil dos Egressos	29
VI.	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	31
VII.	COORDENAÇÃO DO CURSO	32
VIII.	CARGA HORÁRIA DO CURSO	36
IX.	PERÍODO E TURNOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO	36
X.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR	37
XI.	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	41
XII.	CORPO DOCENTE	41
XIII.	METODOLOGIA	43
XIV.	INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS	43
XV.	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	46
XVI.	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	47
XVII.	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	49
XVIII.	CONTROLE DE FREQUÊNCIA	50
XIX.	INFRAESTRUTURA DO CURSO	51
XX.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	54
XXI.	CERTIFICAÇÃO DO CURSO	58
XXII.	INDICADORES DE DESEMPENHO	58
XXIII.	RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO	59
XXIV.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO	59
	REFERÊNCIAS	60
	ANEXOS	63
	ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS	63
	ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO DOCENTE	75



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

I. CURSO

O curso de Especialização em Segurança Pública, com ênfase em formação de tutores, preceptores e em pesquisa para o Distrito Federal e Entorno é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da área de Segurança Pública. O curso é gratuito e será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Ceilândia, em parceria com a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal - APC.

Apresentação

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) constitui-se no instrumento orientador do Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública, com ênfase em formação de tutores, preceptores e em pesquisa para o Distrito Federal e Entorno, a ser ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), a partir do segundo semestre de 2018, contendo todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

O planejamento e a elaboração deste documento foram fruto do trabalho colaborativo de três instituições: Instituto Federal de Brasília – Campus Ceilândia, Fundação da Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal - APC. A metodologia de elaboração constituiu-se de reuniões entre atores das três instituições, que trabalharam de forma presencial e a distância.

Trata-se de uma proposta inovadora e desafiadora, envolvendo instituições parceiras e uma nova proposta metodológica, utilizando um currículo baseado na resolução de situações-problema por meio da Aprendizagem Baseada em Problemas – ABP, coadunando com a proposta do Campus Ceilândia em se destacar pelo uso de metodologias ativas de aprendizagem, com foco no estudante.

Acredita-se que a oferta deste curso seja um marco para o IFB no que tange ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

fortalecimento de parcerias institucionais e na aprendizagem de novas metodologias, já testadas e consagradas em vários países do mundo e nos cursos de Medicina e Enfermagem ofertados pela ESCS - Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal, que adota com sucesso a metodologia Aprendizagem Baseada em Problemas - ABP, e serviu de referência para elaboração da presente proposta.

Dados da Instituição Ofertante

CNPJ:	10.791.831/0010-73
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Nome Fantasia:	Instituto Federal de Brasília
<i>Campus</i>	Ceilândia
Esfera Administrativa:	FEDERAL
Endereço (Rua, N ^o ,):	QNN 26 AE S/N, entre a UNB e o Metrô Ceilândia
Cidade/UF/CEP:	Brasília – DF / CEP 72.220-260
Telefone/Fax:	(61) 2103-2170
E-mail de contato:	drep.ceei@ifb.edu.br
Site Institucional:	http://www.ifb.edu.br
Eixo Tecnológico:	Segurança



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Dados do Curso

Denominação	Especialização em Segurança Pública, com ênfase em formação de tutores, preceptores e em pesquisa para o Distrito Federal e Entorno
Área de conhecimento	Segurança Pública, na grande área das Ciências Sociais Aplicadas
Nível	Pós-Graduação Lato Sensu
Modalidade	Presencial
Habilitação	Especialização em Segurança Pública
Titulação	Especialista
Carga Horária Parcial	380 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	40 horas
Carga Horária Total mínima	420 horas
Período de Integralização	Mínimo, de um e, máximo, de três semestres
Forma de Acesso	Processo Seletivo
Turno	Diurno
Número de Vagas	40 (quarenta)
Periodicidade	Oferta anual

II. JUSTIFICATIVA

No âmbito da segurança pública, para atender às demandas da sociedade, além de incremento das políticas públicas e valorização profissional específica, deve-se também ficar atento para a eficácia das ações educacionais apropriadas e o desenvolvimento de uma cultura de educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

específica e adequada.

É sabido que no Brasil ainda são raros os estudos e as iniciativas institucionais que enfatizam criticamente a forma pela qual se realiza, mormente, a capacitação das forças de segurança.

Esta é a razão pela qual trazemos à consideração diversos elementos contidos no artigo Aprendizagem Baseada em Problemas na Formação Policial: um debate metodológico, de autoria de Marcelino de Andrade Amaral, publicado na Revista MERCOPOL – Ano X N^o 10/2017 por conter elementos essenciais que embasam uma melhor formação.

A necessidade de se promover o intercâmbio, inclusive a nível internacional, entre integrantes das forças de segurança pública e o âmbito acadêmico, em temas relativos à segurança pública, justamente como tem sido a relação entre integrantes do IFB, da APC e a FUNAB no escopo do presente trabalho.

Discutir sobre formação policial requer se falar sobre educação, sobre processos de ensino e aprendizagem, sobre o desenvolvimento de competências e sobre metodologias e técnicas de ensino apropriadas à sua atividade finalística.

Verifica-se, no próprio Plano Anual de Formação Policial da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, para o ano de 2017, a assertiva de que diante de um contexto social marcado por mudanças contínuas e aceleradas, sobretudo no campo das tecnologias de informação e comunicação, torna-se imperativa a readequação dos sistemas educacionais às exigências impostas pela sociedade (DISTRITO FEDERAL, 2016 p. 5). Nesse sentido, busca-se por meio do planejamento a articulação de ações formativas necessárias ao atendimento das novas demandas educativas.

Tal assertiva configura uma preocupação institucional de ir muito além da discussão sobre “o quê ensinar”, estendendo a reflexão e abrindo espaços institucionais para elaboração de projetos sobre as formas de “como aprender”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, Brasil (2014) resgata a afirmação de Barroso (2008, p. 40), para quem a referida Matriz caracteriza-se por ser um documento referencial teórico-metodológico, constituído por diretrizes pedagógicas, que propõe instrumentos que permitam orientar práticas formativas e situações de trabalho em Segurança Pública, proporcionando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre Eixos Articuladores e Áreas Temáticas.

O rico debate é a prova de que existe um substancial viés teórico capaz de possibilitar “que os profissionais da área de segurança pública possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho” (BRASIL, 2009 p. 14).

Entretanto, a consolidação de um ensino voltado para um agir “autônomo” e “crítico” diante de “situações complexas e rotineiras de trabalho” pressupõe a adoção de uma metodologia específica que estimule e desenvolva essas habilidades (ou competências).

No estudo Brasil (2012 p. 12) indicam que a efetivação de um currículo exige uma relação de congruência entre as intencionalidades contextuais expressas nos fatos do cotidiano (dimensão contextual), os aportes legais e conceituais (dimensão política) e as condições adequadas para a sua operacionalização no dia-a-dia (dimensão técnico- metodológica). Isso indica que as ações realizadas nos espaços de formação devem estar voltadas para o desenvolvimento das competências profissionais necessárias à atuação do profissional de segurança pública no contexto em que as necessidades e as exigências sociais se estabelecem.

Recorda-se ainda que em 2010 a SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, também realizou estudo de abrangência nacional — Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: Perfil dos Cargos das Instituições Estaduais de Segurança Pública, Brasil (2012) — para identificar as tarefas exercidas pelos profissionais de segurança pública e as competências necessárias para executá-las, e, na sequência,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

vem promovendo programas e projetos visando mudar o quadro de atuação na segurança pública. Os diversos eixos articuladores e áreas temáticas propostos para a formação profissional encontram-se consubstanciados na publicação - última versão da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

Ser um profissional de segurança pública exige inúmeras competências técnicas e comportamentais para que as diversas tarefas pertinentes possam ser executadas com segurança, qualidade e máxima assertividade, como foi demonstrado pela SENASP ao realizar o processo de mapeamento de competências, conforme Brasil (2012 p. 12), o que leva à conclusão de que a maneira mais eficiente de desenvolvê-las durante a formação policial é sujeitar o aluno a situações-problema nas quais deverá agir.

No mesmo texto da Matriz Curricular Nacional há a compreensão de “competência” como sendo “a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual” Brasil, (2014 p. 19); permite também chegar ao entendimento que “mobilização de saberes é um processo em que um novo saber liga-se a saberes anteriores na aplicação de conteúdos específicos em situações concretas” Brasil (2014 p. 56), daí fazer-se necessária a “organização da aprendizagem para e pelo trabalho” (grifo nosso) proporcionando atividades variadas, relacionadas com a prática, durante o processo de formação e de capacitação dos profissionais que atuam na área de Segurança Pública” Brasil, (2009 p. 29).

A redação da nova matriz, Brasil (2014 p. 60 - 61) ressalta que “mudanças na metodologia de ensino são decisivas e pressupõe o rompimento com práticas docentes conservadoras e a exigência de espaços para a reflexão e discussão, pelos docentes e discentes, na efetivação de uma práxis pedagógica mais humana”.

De acordo com as clássicas lições de Mizukami (1986), uma das decorrências do ensino



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

tradicional - para o qual aprendizagem consiste em aquisição de informações e demonstrações transmitidas - é que ele propicia a formação de reações estereotipadas, de automatismos (hábitos) geralmente isolados uns dos outros e aplicáveis, quase sempre, somente às situações idênticas em que foram adquiridos. O aluno com esse hábito apresenta, com frequência, compreensão apenas parcial das atividades profissionais requeridas.

Para romper com esse paradigma metodológico conservador e alienante, a SENASP, Brasil (2014, p. 57) normatiza que as ações formativas devem estar coerentes e sintonizadas com a realidade. Isso implica a seleção estratégica e consciente, por parte do professor, de conteúdos estreitamente relacionados com as situações reais ou simuladas, extraídas da prática profissional, ou seja, a transformação da teoria e da prática, em uma teoria e prática significativas, criando, assim, condições para que ocorra o processo de construção e aplicação do conhecimento pelo policial e pelo bombeiro em formação e não apenas a simples operação sobre os conteúdos.

Diante do exposto, é patente que as situações problematizadoras devem ser utilizadas não só como ferramenta de aprendizagem nas ações formativas, mas antes como cerne de todo o processo pedagógico e curricular, pois, segundo as diretrizes da SENASP, Brasil (2014 p. 61), são elas que mobilizam os saberes e geram esquemas de ação, filtros pessoais que tornam as situações compreensíveis, envolvendo esquemas de percepção, decisão e avaliação, contribuindo para que os policiais e os bombeiros em formação desenvolvam o analisar, o refletir, o justificar, considerados metacompetências imprescindíveis na construção da autonomia intelectual e, principalmente, nas atuações destes profissionais.

A Matriz Nacional, Brasil (2014 p. 62) frisa que uma organização do currículo que contemple situações problematizadoras permitirá ao educando adquirir experiências mais integradas e uma série de condutas que contribuirão para enfrentar diferentes situações da vida, nos aspectos pessoal e profissional, e se apropriar de princípios e conceitos básicos que lhe permitam estabelecer



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

generalizações frente a novas situações. Assim, a prática pedagógica deverá utilizar técnicas de ensino que favoreçam a reflexão antes, durante e após a ação.

Nesse contexto, a concepção da educação problematizadora, definida por Freire (2011) como uma relação dialógica-dialética entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem - educador e educando - comprometida com a criatividade, com a libertação, com estímulo à reflexão e à ação sobre a realidade. Esse método de ensino, considera imprescindível que a mesma seja apreendida pelo pensamento e no pensamento, ou seja, a reflexão é condição básica para a problematização (BERBEL 2012 p. 11).

Enquanto que não são poucas as experiências internacionais preocupadas que vem trazendo novos enfoques na formação policial, no Brasil, quando se discute academicamente o tema da formação policial, apesar das preocupações e as diversas orientações trazidas desde 2014 pela Matriz Curricular Nacional, ainda muito pouco ou quase nada é apresentado sobre mudanças na metodologia de aprendizagem, razão pela qual o presente projeto de Curso de Especialização - que assenta-se, dentre outros parâmetros, na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e uma formação e práticas profissionais em seu contexto real de trabalho - apresenta-se como pedra de toque na formação policial brasileira, no âmbito do ensino policial, utilizando as metodologias ativas como uma forma variada de ensinar e aprender.

A Aprendizagem Baseada em Problemas – ABP ou Problem Based Learning – PBL, surge como um método de ensino e aprendizagem que caracteriza-se por ser uma estratégia centrada no aluno e por meio da investigação, tendo em vista à produção de conhecimento individual e coletivo, de forma cooperativa, e que utiliza técnicas de análise crítica, para a compreensão e resolução de problemas de forma significativa e em interação contínua com o tutor (SOUZA; DOURADO, 2015 p. 3 - 4).

Segundo Cambi (1999), na teoria pedagógica de John Dewey - mais especificamente em sua



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Pedagogia Ativa ou Pedagogia da Ação - que se encontra a mais significativa inspiração para a Aprendizagem Baseada em Problemas. Dewey enfatiza que a aprendizagem deve partir de problemas ou situações que propiciam dúvidas ou descontentamento intelectual. Para esse importante autor, os problemas surgem das experiências reais que são problematizadas e estimulam a cognição para mobilizar práticas de investigação e resolução criativa dos problemas.

Muito embora o termo ABP, em seu formato e modelo atual tenha sido desenvolvido em 1969, por iniciativa de um grupo de professores da faculdade de Medicina da Universidade de McMaster, no Canadá, tendo se expandido nas últimas décadas para inúmeras escolas de saúde em inúmeros países. No Brasil, o destaque deve ser feito ao curso de medicina da UEL em Londrina/PR, à FAMEMA em Marília/SP, à UFRR em Boa Vista/RR, e à ESCS/Fepecs, em Brasília/DF. Cabe ressaltar que ao se difundir mundialmente, a ABP não ficou restrita apenas à área da saúde, tendo sido assimilada por várias áreas do conhecimento- sofrendo adaptações às respectivas especificidades- encontrando-se relatos exitosos nas engenharias, na matemática, na física, na biologia, na química e bioquímica, no direito, na psicologia e na geografia, entre outros, tendo-se estendido inclusive aos diversos níveis de ensino, estando presente hoje na educação básica ao nível superior e na pós-graduação.

Vale ressaltar, a importância da mudança de paradigma educacional, no que se refere também, aos papéis do educador e educando, enfatizando o tutor e preceptor como atores que irão nortear o processo de ensino e aprendizagem neste curso de especialização. Fato que difere daquele papel de professor tradicional em sala de aula, onde os alunos estão sentados enfileirados e o professor no centro das atenções como protagonista desse processo. Dessa maneira, ao eleger a implementação de metodologias ativas problematizadoras, cabe ao tutor provocar, despertar, vincular e sensibilizar o educando em relação ao objeto de conhecimento, partindo da sua percepção do objeto de estudo que leva para sala de aula, e que, precisa estar ligada a um processo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

crítico de questionamento (ANASTASIOU, 2003).

Dessa forma, as denominações de tutor e preceptor têm sido utilizadas no meio acadêmico, sendo publicadas por meio de pesquisas nacionais e internacionais na área da educação de profissionais de saúde nos últimos dez anos, destacado por (BOTTI e REGO, 2007).

Assim, alguns desses estudos, Botti e Rego (2007), Armitage (1991), Bain (1996), Jones (1998), destacam as funções do preceptor e tutor: O preceptor é o profissional que não é necessariamente da academia, e que tem importante papel de inserção e socialização do aluno no ambiente de trabalho; é o professor que ensina a um pequeno grupo de alunos, com ênfase na prática e no desenvolvimento de habilidades para tal prática; tem a função de estreitar a distância entre teoria e prática, compartilhar experiências, dá suporte para ajudar o aluno a adquirir prática. O preceptor se preocupa principalmente com a competência profissional e os aspectos de ensino e aprendizagem no ambiente de trabalho. O tutor designa o professor que se preocupa em ensinar o aluno a “aprender a aprender” principalmente na ABP. Nesse cenário o tutor é considerado um guia, um facilitador que auxilia no processo de aprendizagem centrado no aluno, é aquele que olha, examina, observa e considera; têm a função de amparar, proteger e defender, significa um professor para pequenos grupos, que presta atenção especial nesses alunos; O tutor orienta, ensina, ajuda na busca do conhecimento, tem papel importante como avaliador e pode trabalhar com o aluno individual ou coletivamente.

Para a adoção da técnica de ensino ABP, e tendo como referência os princípios que fundamentam a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, o presente projeto de curso de especialização caracteriza sua utilização, resumidamente, com a seguinte abordagem:

Resolução de problemas: o professor elabora previamente uma situação-problema, oriundo da experiência profissional e da realidade. Os estudantes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

discutem os problemas em pequenos grupos e levantam hipóteses, passando a formular os objetivos de aprendizagem e identificação das fontes de pesquisa para o estudo individualizado. Os estudos e as conclusões de cada grupo são apresentados para revisão e sistematização de uma explicação, de uma proposição final, ou de proposta de ação para o problema, encerrando o ciclo de atividades.

Como se vê, por se constituir numa forma diferenciada de estruturar o conhecimento, a ABP favorece a integração de conteúdos possibilitando a compreensão da realidade social e o posicionamento como cidadão e garantindo a visão global e integradora do conhecimento (BRASIL, 2014 p. 63).

O Curso de Especialização propõe de maneira muito clara a utilização de situações-problema por meio da ABP em todo o seu currículo. Seu registro e as pesquisas dele decorrentes permitirão agregar-se a outros estudos sobre formação policial, existentes internacionalmente, tais como o The Police Society for Problem Based Learning¹ (PSPBL) - A “Sociedade Policial para Aprendizagem Baseada em Problemas - que é uma organização norte-americana sem fins lucrativos criada por profissionais de segurança pública com o objetivo de melhorar a qualidade do treinamento policial; o CACP Executive Global Studies Program² (CACPGlobal) - Programa Executivo de Estudos Globais da Associação Canadense de Chefes de Polícia. Originalmente concebido em 2001, com base na

¹Texto original: “PBL was developed by medical educators because the traditional lecture- based approach for training medical students failed to prepare them adequately for jobs where problem-solving and interpersonal skills are as important as a diverse knowledge base. Faced with training challenges similar to those of medical school educators, in the late 20th century police academy trainers began modifying PBL to fit the needs of student officers” (WERTH, 2009, 2).

² Cf. Canadian Association of Chiefs of Police Executive Global Studies Program (CACPGlobal)
<<http://www.cacpglobal.ca/>>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

experiência e nos talentos de uma seleção nacional de educadores policiais, projetado tanto para aprimorar as capacidades coletivas e individuais de organismos que compõem a comunidade canadense de justiça criminal, como para introduzir novas competências e perspectivas globais para os atuais e futuros líderes do Canadá em policiamento e agências de segurança pública, visto que lida com aspectos operacionais e administrativos do policiamento e da administração da Justiça.

O desenvolvimento rápido do conhecimento científico e tecnológico, as modificações e alterações nos sistemas econômicos, sociais, políticos e no meio ambiente exigem dos profissionais de Segurança Pública- como nas demais áreas- uma visão multidimensional da realidade em que estão inseridos, razão pela qual o processo de formação, mais precisamente o educacional, necessita da introdução de métodos inovadores de ensino e aprendizagem que acompanhem a evolução do conhecimento na formação de profissionais que saibam correlacionar os conhecimentos teóricos para a prática profissional. A ABP apresenta-se como um método adequado, já utilizado em diversas instituições de ensino dos mais diferentes níveis e tem alcançado resultados importantes na aprendizagem e desenvolvimento de habilidades profissionais, sendo que a ABP pode ser adaptada às diversas realidades e necessidades também na área de estudo e formação da Segurança Pública.

Ademais, atentando-se à interdisciplinariedade científica que permeia a compreensão do mundo real, considerando a riqueza da organização policial civil, deve-se abrir a proposta de aprendizagem a outros campos de conhecimento além da atividade finalística. Um desses campos que notoriamente pode ser desenvolvido dentro da organização policial é o da gestão de pessoas e organizações. Neste ponto, é possível afirmar que a polícia civil, composta por vários cargos, posições, relações de poder e pessoas, sobre as quais recai o desafio de lidar com a escassez de recursos na prestação de um serviço público essencial, se constitui em campo fértil para o estudo e desenvolvimento de habilidades de gestão organizacional. Isso reforça pelo fato de que o trabalho



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

policial é rotineiramente realizado por meio de equipe e com recursos limitados - elementos básicos de inúmeras temáticas no estudo da ciência organizacional.

III. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PROJETO

III.1 Instituto Federal de Brasília – Campus Ceilândia

A origem do IFB remonta ao final da década de 1950, com a criação da Escola Agrotécnica de Brasília, em Planaltina, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. A Escola foi criada em 17 de fevereiro de 1959, inserida no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek,³ e inaugurada em 21 de abril de 1962, com o objetivo de ministrar cursos regulares ginásial e colegial agrícola. A partir da edição do Decreto Nº 60.731, de 19 de maio de 1967, as Escolas Agrícolas deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura e passaram a vincular-se ao Ministério da Educação e da Cultura.

Em 1978, o Colégio Agrícola de Brasília foi incorporado à Rede de Ensino Oficial do Distrito Federal, sem alterar sua denominação. Em 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB).⁴ O objetivo dessa instituição passou a ser a qualificação profissional, com a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, na sua área de abrangência. Na esfera local, esteve ora vinculado à Secretaria de Estado de Educação, ora à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.⁵

³ Lei Nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959 e Exposição de Motivos nº 95, publicada no Diário Oficial da União de 19/02/1959.

⁴ A transferência foi autorizada pelos Decretos Nº 82.711, de 24 de novembro de 1978, e Nº 4.506, de 26 de dezembro de 1978, que resultaram em convênio entre a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Colégio Agrícola. A alteração do nome, em 2000, pela Portaria Nº 129, de 18 de julho de 2000.

⁵ Há um hiato relativo à sistematização de informações históricas sobre o Colégio Agrícola, atual Campus Planaltina do IFB, sobretudo no que se refere aos anos entre 1978 e 2007, quando esteve sob responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Buscando preencher essa lacuna, o IFB lançou em março de 2010 o Edital Nº 19/ CGPE/PRDI/IFB, que contemplou cinco projetos de pesquisa sobre a história do Campus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A transformação do CEP/CAB em Escola Técnica Federal de Brasília ocorreu em 25 de outubro de 2007, autorizada pela Lei nº 11.534/2007. Em 2008, no âmbito do Plano Federal de Educação Tecnológica, com vistas à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e à implantação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), com seus cinco campi – Brasília, Gama, Samambaia, Taguatinga e Planaltina – este último sendo constituído pela Escola Técnica Federal de Brasília.⁶

Atualmente o IFB conta com dez campi, com a incorporação dos campi São Sebastião, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Estrutural e Ceilândia. A vocação do Campus Ceilândia e de sua área de influência foi definida com base em dados socioeconômicos, estratificados por região, fornecidos pela CODEPLAN, bem como por consultas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) e três audiências públicas, onde foram definidas as ofertas de cursos nas áreas de manutenção em equipamentos biomédicos e eletrônica, com possibilidade de abertura de mais um curso técnico que pudesse estar em consonância com esses dois cursos. Inicialmente, foi indicado como possibilidade o curso técnico em serviços condominiais. No entanto, em algumas tratativas com o SINDICONDOMÍNIO, percebeu-se que a inclusão de profissionais nesta área ainda está em fase de consolidação.

Surgiu então a possibilidade da oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade a distância, viabilizado pela parceria entre o IFB e o IFPR. A primeira oferta aconteceu em 2015.2 e desde então a procura pelo curso cresce a cada semestre. Em 2018.1, o curso foi o mais procurado do IFB, com 2.721 inscritos, para 30 vagas (cerca de 91 candidatos por vaga).

Em 2017, com o deslocamento do Campus Taguatinga Centro para o Recanto das Emas, o

Planaltina, atualmente em desenvolvimento.

⁶ Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

curso de Licenciatura em Espanhol, anteriormente ofertado por aquele Campus, foi transferido para o Campus Ceilândia como sua primeira oferta de curso superior.

Além de 3 cursos técnicos subsequentes (eletrônica, equipamentos biomédicos e segurança do trabalho) e a licenciatura em espanhol, o campus oferta o EMI em eletrônica e diversos cursos FIC tais como inglês, espanhol, alemão, IBT, autocad. Além disso o campus desenvolve projetos de pesquisa e extensão.

O interesse por metodologias ativas de aprendizagem, como a ABP, tem crescido no Campus Ceilândia, após a capacitação de quatro professores que participaram do Programa VET - Professores para o Futuro, promovido pelo MEC/SETEC, em parceria com o CNPq e duas universidades de ciências aplicadas finlandesas (TAMK e HAMK), mandando uma professora na edição do Programa em 2015 e mais três professores em 2016. Este interesse motivou a criação de um grupo de trabalho com a FUNAB em 2017 para o desenvolvimento de ações de formação utilizando metodologias ativas.

III.2 Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB

A Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) é uma fundação pública da administração indireta do Governo do Distrito Federal, com personalidade jurídica de direito público, de caráter educacional, sem fins lucrativos.

Rege-se pelas seguintes normas:

- Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013 (DODF nº 157, de 1º/08/2013), seguida pelo decreto de instituição nº 34.591, de 22 de agosto de 2013;
- Estatuto conforme o Decreto nº 36.114, de 10 de dezembro de 2014;
- Está vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal por força do artigo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2º, Parágrafo Único do Decreto nº 36.839, de 26 de outubro de 2015 (Suplemento - A do DODF nº 207 de 27/10/2015 e republicado no Suplemento- B do DODF nº 207 de 27/10/2015).

Conforme essas normas, têm como finalidade ofertar e manter o ensino superior público do Distrito Federal, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária, promovendo sua inserção regional mediante atuação multicampi e multiespacial, obedecidos aos princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Dentre outras, destacamos como competências da FUNAB: elaborar e executar a política de educação superior pública distrital; manter, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação superior pública do Distrito Federal; e promover a implantação de unidades e cursos de educação superior pública.

A Fundação possui autonomia para firmar convênios, contratos e parcerias voltados à realização de seus objetivos, na forma da lei.

Sua atuação vem pautando-se por programar e manter cursos e outras atividades orientadas prioritariamente para as necessidades e os problemas do Distrito Federal e da região do Entorno/RIDE - Região Integrada do Desenvolvimento Econômico. Visa, com isso, fornecer atendimento prioritário a localidades do Distrito Federal (e dos Municípios da RIDE) com menor acesso à educação superior pública. No momento, procura estruturar uma organização administrativa descentralizada, flexível e horizontalizada, observados os referenciais da multiespacialidade, buscando promover cursos para serem ministrados preferencialmente em áreas de interesse da administração pública distrital.

Nesse sentido, tematicamente, promove integração do ensino superior público com as políticas públicas, programas e ações institucionais desenvolvidos no âmbito e no interesse locorregionais;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Enquanto instituição promotora de práticas educacionais, a FUNAB vem fomentando a utilização de metodologias de ensino problematizadoras - como exige sua lei de criação- respeitadas as referências curriculares para cada área profissional, procurando oferecer uma formação profissional baseada em práticas desenvolvidas em ambiente de trabalho. A maioria de seus gestores são profissionais oriundos da exitosa experiência da ESCS/FEPECS, selecionados por demonstrarem aptidão para difundir este modelo educacional, pautado em metodologias ativas e em currículos integrados aliados ao mundo do trabalho, como pode ser observado no trabalho - Uma Forma Curricular: notas para uma teoria de currículo da Educação Médica (disponível em: repositorio.unb.br).

Durante esse período inicial de sua criação, valendo-se de parcerias firmadas com órgão distritais, tal qual foi feito com a criação da Escola Superior de Magistério vinculando-a à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, obteve-se o credenciamento da Escola Superior de Gestão (ESG) por parte do Conselho de Educação do Distrito Federal (Portaria nº 405, de 19 de setembro de 2017, publicada no DODF nº 181, de 20/09/2017) caracterizada como uma Instituição Pública de Educação Superior da rede pública de ensino do Distrito Federal localizada na Escola de Governo do GDF-EGOV/ SEPLAG e mantida pela FUNAB, a qual obteve autorização para realizar oferta, na modalidade presencial, de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Dentre as principais ações pedagógicas estratégicas recentemente realizadas, à semelhança das parcerias estabelecidas com a SEEDF/Escola Superior de Magistério e com a SEPLAG/EGOV, sempre em consonância com a Resolução nº 1/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal, destacamos a elaboração de documentos técnicos necessários ao credenciamento de outras instituições de Ensino Superior e autorização de funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação. Destacamos as parcerias com Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal- CBMDF, com vistas ao credenciamento de uma Escola Superior do Corpo de Bombeiros e autorização de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

funcionamento de cursos de graduação e de especialização; com o Jardim Botânico de Brasília- JBB a fim de construir currículos de cursos integrados demandados por esse órgão distrital para credenciamento de uma Escola Superior de Meio Ambiente e Saúde, e autorização de funcionamento de cursos de graduação e de especialização; e com a Academia de Polícia Civil- APC, órgão da Polícia Civil do Distrito Federal, com vistas à implantação da Escola Superior de Polícia e elaboração de projeto específico para criação tanto de curso de graduação como de especialização lato sensu em Segurança Pública.

A fim de preparar a docência vinculada ao mundo do trabalho para o exercício da função de tutoria e de preceptoria para as instituições que desejam criar IES's nos moldes exigidos pela ABP e preconizados pela FUNAB, esta Fundação vem oferecendo aos quadros técnicos de seus parceiros institucionais cursos de extensão denominado "Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)", semelhante ao oferecido em 2016 para a Escola Superior de Magistério/SEE (com formação de 90 professores de Educação Básica); para a Academia de Polícia Civil (um curso para 40 integrantes e outro 20 integrantes, sendo que neste último também participaram 2 professores do IFB que haviam realizado curso na Finlândia interessados na aplicação da metodologia Aprendizagem Baseada em Problema); e outros 2 cursos para a Escola Técnica de Saúde de Planaltina - CEP Saúde (com 18 e 11 cursistas formados, respectivamente).

A integração de professores do IFB em atividades promovidas pela FUNAB tem crescido desde que foi firmado o Convênio nº 01/2016, tendo uma das metas a elaboração do Projeto Pedagógico de um Curso de Especialização em Metodologias Ativas a ser oferecido conjuntamente pelas duas instituições tão logo as condições de sua realização sejam cumpridas por ambas.

Pari passu, a FUNAB realizou consultoria internacional - com Professor Dr. Stewart Paul Mennin, docente aposentado da Universidade do Novo México, Albuquerque, EUA e consultor associado da Human Systems Dynamics Institute (HSD)- para consolidar sua equipe pedagógica, que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

constou de amplo debate sobre a temática de liderança e complexidade em cenários de incerteza, procurando prepará-la para reconhecer e conduzir demandas estratégicas recebidas e para corresponder como instituição diferenciada aos fins que foi criada, até alcançar a estruturação de um Mestrado Internacional em Docência na Educação Superior/ABP, parceria almejada com a Universidade de Masstricht/Holanda como realizado em 2010-2011 pela ESCS/FEPECS.

Na busca de vetores para assegurar uma identidade regional- com vistas inclusive a valorização da cultura loco-regional com foco no desenvolvimento integrado da região, marcando inclusive sua presença curricular dos cursos das futuras Instituições de Ensino mantidas pela FUNAB- foi fornecido mediante atividade de extensão ao “Sarau Cultural no Interior” realizado em Planaltina/DF ao longo do ano de 2017, amplo apoio técnico e curadoria (literária e musical), projeto constituído de 40 (quarenta) apresentações culturais, sendo 20 em literatura e 20 em música. Para uso futuro, este projeto aguarda a confecção de materiais audiovisuais de interesse pedagógico decorrentes de sua realização.

Ao seu quadro técnico profissional a FUNAB vem permitindo participar de eventos nacionais e internacionais sobre educação inovadora, como foi a participação no III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com apresentação do trabalho “Relato de Experiência: Formação de formadores na perspectiva da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)”;

no Congresso Internacional da ABP (2016) realizado em São Paulo com apresentação de trabalhos e comendo mesas redondas e palestras; e recentemente na Conferência Internacional de Aprendizagem Baseada em Problemas na Califórnia/EUA 2018.

III.3 Academia de Polícia Civil

O ensino policial sempre foi questão de preocupação desde a formação dos primeiros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

organismos policiais no Brasil durante o século XIX. Relativamente à Polícia Civil do Distrito Federal, cuja estrutura data desde a sede da capital no Rio de Janeiro, a existência formal da previsão do ensino policial em uma estrutura organizada a esse fim, identifica-se com a publicação do Decreto nº 22.332/1933, que autoriza o chefe do Poder executivo a criar a Escola de Polícia. Assim, vejamos:

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 e atendendo à necessidade de dar maior eficiência ao serviço policial do Distrito Federal, reajusta o atual organismo, fornece às autoridades amplos recursos para o desempenho de suas funções e resolve que a Polícia do Distrito Federal continue sendo regida pelo decreto n. 1.631, de 3 de janeiro de 1907, com as alterações estabelecidas no presente decreto, até que se faça definitiva reorganização judiciária do Distrito Federal, assim sendo,

Art. 8º O chefe de Polícia fica autorizado a criar a escola de polícia sem ônus algum para o Tesouro Federal, de acordo com o regulamento que será oportunamente expedido.

Dessa forma, em que pese a história da existência da Polícia Civil do Distrito Federal remonta-se ao início do século XIX, a Escola de Polícia do Distrito Federal é pensada no século seguinte.

Nos anos que se seguiram várias alterações foram percebidas como fruto de novas concepções políticas surgidas nas décadas de 40 a 60. Com o Decreto-Lei nº 6378 de 1944, foi criado o Departamento Federal de Segurança Pública. Já na década de 60, com a inauguração de Brasília, tornando-se nova sede da Capital da República, o Departamento Federal de Segurança Pública acabou dividido e assistiu-se à remodelação da segurança, observando-se o desmembramento daquele em Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar do Distrito Federal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A Polícia Civil passou a integrar a Secretaria de Segurança Pública, que formou a Escola de Polícia do DF. Em 1965, acabou sendo criado o que ficou chamado Setor Escolar da Polícia do Distrito Federal, com atribuições de proceder a estudos das necessidades de instrução e treinamento, organizar concursos e avaliar cursos e estágios junto à Academia Nacional de Polícia-ANP, conforme demonstra a obra “História da Polícia Civil de Brasília: aspectos estruturais de 1957 a 1995” (s.a., 1998).

Em 1984 a Escola de Polícia passou a chamar-se Academia de Polícia Civil do Distrito Federal – APC, nome que ainda é o vigente, tendo como algumas atribuições:

- A organização da seleção e concurso público para os novos futuros policiais;
- A oferta de cursos de formação a todos os candidatos a cargos da estrutura policial civil, ou até aos já policiais, com intuito de que recebam o treinamento necessário ao exercício da nova profissão;
- A oferta de cursos de progressão, tendo em vistas ser um dos requisitos legais e regulamentares de preenchimento de critérios de mérito e de capacitação, para que qualquer policial se habilite a concorrer a uma promoção na carreira.
- A oferta de variado leque de cursos de formação continuada, tanto presencialmente como em EAD, tendo em vista a diversidade da especificidade dos inúmeros ramos internos a que um policial pode ser alocado a trabalhar enquanto lotado na Polícia Civil;
- O desenvolvimento da pesquisa e da doutrina de assuntos sobre segurança pública. Isso, tanto para responder às demandas do presente quanto para planejar situações e atuações futuras;
- A realização de projetos de extensão que comuniquem diversos segmentos da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

sociedade à Academia de Polícia Civil;

- A manutenção e expansão do museu de drogas, atrelado a inúmeros projetos sociais de educação infantil e de controle do uso social das drogas;
- A guarda, a manutenção e expansão do museu de armas, que reconta fatos importantes e/ou inusitados da História Brasileira, diante de seu grande acervo, boa parte dele que remonta à época do Brasil império ou colônia;
- O fomento ao ensino e ao desenvolvimento intelectual de demais segmentos, através da disponibilização de vagas em cursos variados, bem como pela disponibilização de uso de sua biblioteca, com todo seu acervo, para visita e estudo por parte de qualquer cidadão;
- A documentação e edição de fatos e/ou conhecimentos de interesse à Polícia, à comunidade e à ciência da Segurança Pública e outros.

No texto da Constituição de 1988 a Polícia Civil do Distrito Federal está como órgão administrado pelo Governo do Distrito Federal, mantido e organizado pela União.

A legislação que regula as carreiras da PCDF, lei nº 9294/96, tornou a escolaridade de nível superior requisito obrigatório para o ingresso como Delegado, Perito Criminal, Médico Legista, Agente, Escrivão e Papiloscopista. Dessa forma, praticamente todo o quadro de policiais da ativa já se faz preenchido por policiais de nível superior, salvo alguns poucos já com tempo para aposentar, ou quase.

É comum a Academia de Polícia Civil receber em seus cursos de formação para ingresso nas carreiras, alunos com os mais diversos títulos de qualificação acadêmica, agregando à instituição um banco de talentos composto por conhecimentos diversos.

Inclusive, também por isso, surge a ideia da Escola Superior de Polícia Civil, para aproveitar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

esse capital intelectual da melhor forma possível, o que pode gerar inúmeros proveitos à sociedade, direta e/ou indiretamente, com o desenvolvimento e aprofundamento de conhecimentos na área da Segurança Pública. Conhecimentos que servirão à comunidade para o aprendizado, pesquisa e debate e que também servirão à atividade fim da Polícia Civil de enfrentamento da criminalidade, já que ela possui como sua missão estampada em seu planejamento estratégico 2014-2020:

Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados.

Em duas oportunidades a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal ofereceu cursos por si ministrados como de pós-graduação, o último em 2009, através de certificação de instituição privada parceira. Assim, já ocorreu em suas instalações a parte experimental do cotidiano de um curso de pós-graduação lato sensu, dando-lhe uma boa compreensão do que se trata o que ora se busca.

Os cursos de progressão ministrados todos os anos, em regra duas vezes ao ano, com carga horária semelhante a um curso de pós-graduação lato sensu, trazem a esta Academia de Polícia uma estabilidade pedagógica experimentada anualmente.

Nos últimos anos a Academia de Polícia Civil tem absorvido em algumas disciplinas de sua estrutura a metodologia ABP (Aprendizagem Baseada em Problema), o que a torna receptiva às novas tendências pedagógicas contemporâneas.

Partindo-se dessa noção temporal e histórica esposada acima, onde se pode afirmar a longa tradição que a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal ostenta, tem-se aflorado o sonho interno em seus integrantes, de se ver criada em suas dependências a Escola Superior da Polícia Civil, com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

a atribuição inicial de fornecer cursos de Especialização lato sensu, e ser ambiente próprio ao fomento do estudo da Segurança Pública, contribuindo assim com o mundo acadêmico na própria consolidação desse novel ramo interdisciplinar do conhecimento, que ainda hoje é muitas das vezes visto como ramo apêndice ou dependente do Direito.

IV. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Formar tutores, preceptores e pesquisadores em temas contemporâneos relacionados à área de Segurança Pública, voltados à atividade da Polícia Judiciária, gerando o desenvolvimento e produção de conhecimentos sobre os referidos temas, fortalecendo a cultura do conhecimento científico, para o aperfeiçoamento das atividades de Polícia Judiciária e da Investigação criminal, bem como para gerar indicadores e possibilidades para servir à pesquisa e à extensão.

Objetivos Específicos

- a) Capacitar os alunos para o desenvolvimento de competências especializadas atinentes à atuação junto à Segurança Pública;
- b) Estimular reflexões sobre os problemas atuais da Segurança Pública e os caminhos para o futuro, em que se almeja uma vida em sociedade mais segura, digna e de oportunidades democratizadas;
- c) Compreender a importância de aspectos atuais de diversos ramos das ciências para o trabalho de investigação, norteando no aluno o viés da interdisciplinariedade;
- d) Compreender os aspectos metodológicos para a produção do conhecimento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

científico;

- e) Compreender o papel da Polícia de Estado em contraposição à Polícia de Governo;
- f) Promover estudos sobre um Direito de Segurança Pública, que alimente o Direito Penal, e o faça perceber com outros olhos alguns aspectos da teoria do crime, quiçá no futuro conceituar diferentemente tais ideias, em especial no momento em que o Direito Penal é aplicado na esfera da Polícia Judiciária;
- g) Propiciar o desenvolvimento de habilidades docentes por parte dos alunos, como forma de fomentar a divulgação do conhecimento;
- h) Documentar conhecimentos que muitas vezes são levados embora pelo profissional da segurança pública ao se aposentar, sem que sejam perpetuados ou repassados à nova geração de aplicadores ou estudiosos do assunto;
- i) Analisar a Teoria das Provas Judiciais diante da eficiência da investigação, e dos mecanismos não típicos e empíricos de investigação.
- j) Propiciar o desenvolvimento de habilidades de liderança fundadas no mérito, como forma de fortalecer a cultura de justiça organizacional na PCDF, assim como atingir melhores níveis de comprometimento e de cidadania organizacional por parte das equipes de investigação.

PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO

Público Alvo

Portadores de diplomas de graduação em Instituição de Ensino Superior, ou equivalente, devidamente reconhecidos pelo MEC, e que atuem como servidores da Polícia Civil do Distrito



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Federal ou sejam integrantes de instituições de Polícia Judiciária da Segurança Pública Federal (Polícia Federal) ou das outras Polícias Judiciárias da Segurança Pública da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (PCGO – Polícia Civil de Goiás e PCMG - Polícia Civil de Minas Gerais), de qualquer uma de suas cidades⁷.

Perfil dos Egressos

Espera-se do egresso no curso o desenvolvimento das seguintes competências:

- Pensar criticamente sobre temas relacionados à Segurança Pública e à Polícia Judiciária, de uma forma geral, estando apto a compreender a lógica das atribuições e o consequente funcionamento dos organismos de segurança pública;
- Resolver de forma prática de problemas do dia-a-dia vivenciados na atividade de relacionamento humano com os cidadãos;
- Desenvolver pesquisa, especialmente sobre temas relevantes na área de Segurança Pública e das ciências policiais abordados durante o curso;
- Desenvolver competência pedagógicas para atuação na docência, especialmente sobre temas relevantes de Segurança Pública e das ciências policiais abordados durante o curso;
- Realizar investigações policiais práticas no dia-a-dia, partindo de reflexões, proposituras e conhecimentos alcançados durante o curso, e da absorção de

⁷ Estados que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE): **Distrito Federal, Estado de Goiás e Estado de Minas Gerais**. O candidato que seja servidor das polícias judiciárias que compõem junto com o DF a RIDE (PCGO, PCMG), poderá estar lotado em qualquer cidade do Estado, já que a lotação no serviço policial é dinâmica, bem como pelo fato de existirem unidades policiais sediadas por exemplo na capital com atribuições sobre as cidades do Entorno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

experiências diversas advindas do contato com os demais colegas do curso, estando assim apto a progredir na carreira;

- Atuar como profissional humanizado, que compreenda o papel da Polícia Judiciária na Constituição Federal de 1988, no atual estágio da democracia brasileira, consciente do seu papel de Polícia de Estado, que respeite e busque compreender o cidadão destinatário do serviço público (despindo-se de preconceitos), tornando-se multiplicador destas qualidades/habilidades, respeitando os Direitos Humanos e de cidadania na atuação profissional;
- Compreender a necessidade de estar sempre apto fisicamente, e com treinamento atualizado, sobre: Defesa Pessoal, Imobilização e Técnicas Operacionais de Atuação Policial;
- Angariar, exercitar e fomentar conhecimentos de temas atinentes à Segurança Pública, que não compõem grades curriculares de quaisquer cursos superiores de outras áreas, tornando-se protagonista da estruturação científica desse ramo do conhecimento.
- Desenvolver a capacidade de liderar e motivar uma equipe de investigação, por meio de critérios de justiça organizacional, de maneira a promover o comprometimento dos policiais para com os objetivos estratégicos da instituição e do serviço público prestado, com resultados direcionados à qualidade e eficiência.

Dessa maneira, a presente iniciativa encontra-se alinhada às disposições do Decreto Nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, na medida em que contempla a capacitação e o desenvolvimento de servidores públicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

V. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

A proposta do presente curso de Especialização em Segurança Pública foi pensada diante da necessidade de se preparar os alunos que lidam em seu dia-a-dia com o tema da criminalidade e da atuação policial investigativa, em especial em uma realidade atual onde são crescentes as demandas sociais por uma sociedade mais segura, bem como por uma atuação policial cada vez mais técnica, mais humanizada e com uma seletividade cada vez mais justa e mais ampla entre as classes sociais. Para atender a esta demanda está prevista inicialmente a oferta de uma turma anual, ao longo do período de vigência do Acordo de Cooperação entre o IFB e a FUNAB, podendo esta oferta ser revista por concordância entre as partes.

Em um cenário nacional onde os desafios da Segurança Pública crescem em proporções aritméticas/geométricas, o programa concebe como relevante que o curso tenha aptidão para despertar a vontade/intimidade de seus alunos para um futuro contato com a docência/pesquisa, dado ao efeito multiplicador que originam.

O programa do curso contempla dois eixos temáticos, interligados entre si:

- **Metodológico:** prepara o aluno para os assuntos técnicos metodológicos relativos ao ensino, à pesquisa e à docência, com ênfase para o desenvolvimento da habilidade do raciocínio científico documentado;
- **Eixo Especializado:** foca na especialização do aluno em temas da Segurança Pública e da Investigação Criminal, aprofundando conhecimentos pré-existentes, formando no aluno uma visão crítica, apto a propor mudanças e que fomentam sua vontade em documentar conhecimentos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VI. COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso de pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública terá três coordenações:

- Coordenação geral, exercida por um professor do IFB;
- Coordenação Temática, exercida por um servidor da APC;
- Coordenação Pedagógica, exercida por um servidor da FUNAB.

De acordo com o Art. 11, inciso III, da Resolução Nº 12/2013 do Conselho Superior do IFB, o coordenador geral do curso será a docente Conceição de Maria Cardoso Costa, a ser nomeada pelo Diretor Geral do Campus Ceilândia, para implementar a primeira turma do curso.

Os coordenadores temático e pedagógico serão indicados pela FUNAB, e deverão possuir titulação mínima de mestre e pertencer ao corpo docente que atuará no curso. Essas coordenações auxiliarão a coordenação geral no desempenho de suas atribuições.

As atribuições de cada coordenação serão as seguintes:

Coordenação Geral:

- I. Presidir o Colegiado do Curso;
- II. Coordenar as atividades didáticas e administrativas do curso;
- III. Coordenar o processo de seleção, em consonância com a política de ingresso e matrícula do IFB, nos termos desta Resolução;
- IV. Enviar os documentos individuais dos alunos, requeridos no edital de seleção à Coordenação de Registro Acadêmico do campus, imediatamente após o processo de seleção;
- V. Acompanhar, como responsável direto, o cumprimento dos prazos de entrega dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

documentos de registro de frequência e rendimento escolar nos módulos, bem como dos trabalhos de conclusão de curso para avaliação da banca examinadora, quando for o caso;

VI. Realizar reunião com os discentes, no início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, incluindo a apresentação deste documento;

VII. Realizar reuniões periódicas com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;

VIII. Coordenar o processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo orientador do trabalho de conclusão de curso;

IX. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos necessários para a emissão dos certificados de conclusão de curso pelo IFB;

X. Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação Lato Sensu e suas eventuais atualizações;

XI. Propor adequações ao projeto do curso, sempre que necessário, e encaminhá-lo à anuência da PRPI para as providências necessárias;

XII. Propor o quadro de recursos humanos e materiais necessários para a adequada execução do projeto do curso;

XIII. Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pelo cumprimento do cronograma e da entrega dos planos de ensino pelos docentes;

XIV. Apresentar aos discentes a relação de professores orientadores e suas respectivas linhas de pesquisa;

XV. Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de estudos, mediante análise



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

dos programas apresentados pelos requerentes, de acordo com este Regulamento;

XVI. Deliberar sobre as solicitações discentes para a realização de provas presenciais em segunda chamada;

XVII. Constituir banca para a revisão de provas quando necessário;

XVIII. Encaminhar à Coordenação de Registro Acadêmico deste campus:

a) os diários de classe, conforme modelo institucional, devidamente preenchidos e assinados (ou o diário eletrônico quando aplicável) pelos professores responsáveis, até no máximo 10 (dez) dias úteis após o encerramento das respectivas aulas; e

b) atas e avaliações dos trabalhos de conclusão de curso.

XIX. Encaminhar à PRPI as solicitações de pagamentos nos casos pertinentes, para as providências necessárias; e

XX. Aplicar os formulários de avaliação do curso, conforme as normas estabelecidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Coordenação Temática:

I. Realizar, em conjunto com a coordenação geral, reunião com os discentes, no início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, incluindo a apresentação deste documento;

II. Realizar reuniões periódicas, em conjunto com a coordenação geral, com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;

III. Auxiliar a coordenação geral no processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

orientador do trabalho de conclusão de curso;

IV. Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação Lato Sensu e suas eventuais atualizações;

V. Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pela elaboração dos materiais didáticos, situações-problemas, organização e disponibilização dos espaços físicos para as atividades teóricas e práticas;

VI. Indicar professores para atuarem nos módulos temáticos que atuarão no curso como professores visitantes, bem como membros para as entrevistas do processo seletivo.

Coordenação Pedagógica:

I. Realizar, em conjunto com a coordenação geral, reunião com os discentes, no início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, incluindo a apresentação deste documento;

II. Realizar reuniões periódicas, em conjunto com a coordenação geral, com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;

III. Auxiliar a coordenação geral no processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo orientador do trabalho de conclusão de curso;

IV. Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação Lato Sensu e suas eventuais atualizações;

V. Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pelo acompanhamento pedagógico das ações;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VI. Indicar professores para atuarem nos módulos, que atuarão no curso como professores visitantes.

VII. CARGA HORÁRIA DO CURSO

A carga horária do curso será de 420 horas, sendo 380 horas distribuídas entre os módulos curriculares e 40 horas atribuídas à elaboração do trabalho final do curso. A aprovação no curso se dará quando o aluno atingir aprovação em todos os módulos, mais a aprovação no Trabalho Conclusão de Curso.

ORGANIZAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES	C.H. Relógio
Módulos Curriculares a serem integralizados necessariamente	380
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	40
TOTAL GERAL NECESSÁRIO PARA CERTIFICAÇÃO	420

VIII. PERÍODO E TURNOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso terá duração mínima de um e, máxima, de três semestres. O período de realização compreende a oferta dos módulos obrigatórios e a elaboração do TCC.

As atividades do curso ocorrerão em período diurno, de segunda à quinta- feira, pelas manhãs, preferencialmente na sede da instituição parceira Academia de Polícia Civil.

O prazo final para realização do trabalho de conclusão de curso, apresentação e entrega da versão final corrigida, não poderá ultrapassar o terceiro semestre do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O curso está planejado e estruturado nas seguintes Fases de Estudos e de Pesquisa:

- a) **Fase de Estudo Presencial:** Adotar-se-á na realização do curso a modalidade de ensino presencial com atividades a serem realizadas nas dependências da Academia de Polícia Civil.
- b) **Fase de Pesquisa:** trabalho de conclusão de curso será elaborado individualmente pelo aluno, devendo tratar de assuntos relacionados aos temas abordados durante o curso (eixo especializado - Segurança Pública) e elaborado a partir de um Projeto de Intervenção, podendo ser apresentado em forma de artigo científico.

IX. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública foi organizado em cinco módulos obrigatórios, independentes entre si, sem pré-requisitos entre os módulos.

Matriz Curricular ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
Módulo I: Ensino e Pesquisa para a Segurança Pública (60 horas) Semana Padrão: segunda à quinta-feira, com carga horária de 5 horas matinais diárias. Duração: 3 semanas. Competência do Módulo: <ul style="list-style-type: none">● Compreender os princípios da andragogia para o exercício das atividades de ensino e pesquisa, utilizando metodologias ativas de aprendizagem, tendo como norteadores teóricos a pesquisa-ação e a formação para o mundo do trabalho, em especial na área de segurança pública, buscando o desenvolvimento de formas inovadoras de avaliação, que estimulem o pensamento crítico e o trabalho colaborativo. Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">● Discutir as principais características da aprendizagem de adultos (Andragogia);● Discutir as possibilidades de utilização das metodologias ativas de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e a capacidade de resolução de problemas.● Compreender os aspectos metodológicos para a produção do conhecimento científico, especialmente sobre temas relevantes para a Segurança Pública, das ciências policiais e dos aspectos relativos à docência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Compreender o saber docente como constituinte da soma de saberes específicos formais e aqueles advindos da história de cada pessoa em sua relação com o mundo;
- Repensar a prática da avaliação como processo de ensino e para a aprendizagem, na perspectiva da avaliação processual e formativa.

Módulo II: A Gestão sob o enfoque da Justiça Organizacional e dos Valores Humanos Individuais (60 horas)

Semana Padrão: segunda à quinta-feira, com carga horária de 5 horas matinais diárias.

Duração: 3 semanas.

Competência do Módulo:

- Compreender e aplicar conceitos inerentes à Justiça Organizacional, às formas de compensação psicológica da sensação de injustiça e aos valores humanos associados, criando Indicadores de Desempenho para as realidades dos organismos de Segurança Pública.

Objetivos do Módulo:

- Refletir sobre os construtos justiça organizacional e valores humanos individuais, na tomada de decisões por parte dos gestores, fomentando a capacidade de motivação dos policiais, no sentido de prestação de um serviço de qualidade à população do Distrito Federal;
- Conhecer o conceito de compensação real e psicológica do sentimento de injustiça e compreender os efeitos cientificamente demonstrados da percepção de justiça organizacional sobre os comportamentos, pensamentos e sentimentos dos servidores;
- Conhecer o conceito de meritocracia e a divergência sobre sua aplicação no serviço público;
- Instigar o debate sobre a meritocracia na PCDF, com base nos conhecimentos sobre justiça organizacional;
- Conhecer o conceito tridimensional de justiça organizacional;
- Compreender os diferentes aspectos na tomada de decisão;
- Conhecer o conceito e as características de indicadores de desempenho;
- Aprender o conceito de valor humano individual;
- Compreender a relação entre valores humanos individuais e a percepção de justiça organizacional.

Módulo III: Visão Sistêmica e Contemporânea da Segurança Pública (80 horas)

Semana Padrão: segunda à quinta-feira, carga horária de 5 horas matinais diárias.

Duração: 4 semanas.

Competência do Módulo:

- Utilizar formas alternativas de resolução de conflitos que sejam possíveis e indicadas a situações peculiares, desenvolvendo uma visão sistêmica e contemporânea na área de segurança pública, em conformação com o ordenamento jurídico, aplicando metodologias de análise e investigação criminal.

Objetivos do Módulo:

- Realçar o estudo criminológico do crime, da pessoa do criminoso, da vítima e do controle social do comportamento delitivo;
- Ordenar as tendências atuais da Criminologia e seus desafios;
- Identificar as instâncias formais de controle social do crime e o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, assim como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

a seletividade criminal, cifras ocultas e Política Criminal.

- Estabelecer um debate crítico sobre as funções de Polícia Investigativa e seu papel na democracia brasileira;
- Introduzir as teorias da prevenção criminal, as estratégias de prevenção da criminalidade e temas correlatos;
- Analisar as propostas da Justiça Restaurativa;
- Examinar, sob a visão da Criminologia, os crimes de colarinho branco, a lavagem de dinheiro, o crime organizado e temas correlatos;
- Identificar os problemas vividos na comunidade: analisar as suas causas principais e como responder com ações criativas.

Módulo IV: A complexidade do fenômeno drogas para o profissional de Segurança Pública: a Investigação Policial e os Direitos Humanos (80 horas)

Semana Padrão: segunda à quinta-feira, carga horária de 5 horas matinais diárias.

Duração: 4 semanas.

Competência do Módulo:

- Conhecer as atitudes necessárias ao exercício da atividade policial pautada no respeito aos Direitos Humanos e na compreensão da inserção de sua atividade em um Estado Democrático de Direito, frente à complexidade do fenômeno drogas, capaz de aplicar modernos procedimentos típicos e atípicos de investigação associados ao tema, tornando-se ainda um disseminador dos malefícios das drogas.

Objetivos do Módulo:

- Discutir a previsão das drogas proibidas no Brasil e suas principais características;
- Compreender a complexidade do fenômeno drogas para o Estado Brasileiro;
- Conhecer a existência de oito plantas proibidas no Brasil e as previsões normativas;
- Compreender os panoramas atuais mundial, regional, nacional e distrital quanto às drogas;
- Compreender a atuação e a estrutura de Polícia Judiciária distrital destinada ao tema drogas;
- Assimilar os procedimentos modernos típicos e atípicos de investigação do tráfico de drogas;
- Conhecer as técnicas da entrega vigiada, da infiltração, da ação retardada, dentre outras;
- Discutir as possibilidades de utilização das metodologias ativas de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do pensamento científico e crítico e a capacidade de resolução de problemas por parte de toda a população no enfrentamento das drogas.
- Compreender os aspectos metodológicos para a produção do conhecimento científico, especialmente sobre o tema drogas e dos aspectos relativos à docência.
- Repensar a atuação da Polícia no enfrentamento a essa realidade partindo dos pressupostos dos Direitos Humanos e da inserção pela Constituição dos organismos de segurança pública em um Estado Democrático de Direito.

Módulo V: Planejamentos Operacionais na função policial (100 horas)

Semana Padrão: segunda à quinta-feira, carga horária de 5 horas matinais diárias.

Duração: 5 semanas.

Competência do Módulo:

- Atuar no exercício da atividade policial prática no dia-a-dia, pautada no respeito aos Direitos Humanos e na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

compreensão da inserção de sua atividade em um Estado Democrático de Direito, capaz de aplicar os métodos mais adequados de atuação operacional policial, bem como de defesa e proteção pessoal, tornando-se ainda um disseminador da importância dessas técnicas e dos equipamentos de proteção individual no proceder policial.

Objetivos do Módulo:

- Empregar corretamente técnicas de imobilização e de defesa pessoal policial em atividades de Polícia Judiciária em consonância com os direitos e a dignidade da pessoa humana, bem como considerando o uso diferenciado da força, a legalidade, a necessidade, a moderação, a proporcionalidade e a conveniência;
- Suportar o esforço físico exigido pelo treinamento específico, para o bom desempenho de suas atribuições, visando aprimoramento técnico de imobilização e defesa pessoal policial;
- Executar as técnicas educativas de quedas e rolamentos;
- Adotar posturas defensivas e executar as técnicas de projeção como meio de defesa pessoal policial;
- Formar policiais que compreendam as regras operacionais para cumprir Mandados, primando pela segurança de inocentes, de testemunhas e dos demais policiais;
- Conhecer técnicas de abordagem em equipe;
- Planejar e Utilizar táticas e técnicas de entrada;
- Aplicar os conhecimentos básicos em atendimento pré-hospitalar, de modo a agir de forma precisa, rápida e segura, em cenário policial;
- Avaliar e promover a segurança individual, do grupo e da cena;
- Compreender a importância dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (40 horas)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 380 Horas - Módulos obrigatórios
40 Horas de TCC

420 Horas

A proposta do curso de pós-graduação *lato sensu* está estruturado em módulos, conforme acima exposto, que são extraídos dos seguintes eixos temáticos:

1. **Eixo Metodológico:** oferecem ao aluno o conhecimento metodológico necessário para que conclua o curso, para que elabore o trabalho final, e para que esteja apto a lecionar, se quiser.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2. **Eixo Especializado:** oferece ao aluno o aprofundamento em temas atuais sobre Segurança Pública, propiciando, com as experiências compartilhadas em sala de aula com os discentes, pensamentos e reflexões, para que se tornem especialistas em segurança pública. Possuirá enfoque interdisciplinar, utilizando diferentes técnicas pedagógicas e metodológicas, e o conhecimento da metodologia da ABP (Aprendizado Baseado em Problemas).
3. Ao final do curso, os alunos devem elaborar o **Trabalho Conclusão de Curso (TCC)**.

X. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Em anexo, encontra-se a descrição dos módulos previstos para integralização do curso, com carga horária e respectivas bibliografias.

XI. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso será composto por professores preceptores, tutores e orientadores de TCC. Os docentes deverão ter, no mínimo, o título de mestre na área do curso proposto, ou áreas afins, obtido em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecido pelo MEC ou revalidado por uma Instituição de Ensino Superior Brasileira que ofereça formação equivalente, reconhecida pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Excepcionalmente, poderão lecionar nos módulos do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, docentes portadores do título de especialista que possuam qualificação profissional ou “notório saber” comprovados na área.

Os docentes desse curso serão, preferencialmente, servidores efetivos do IFB, podendo ser credenciados docentes selecionados em parceria com a FUNAB. O credenciamento de docentes dar-se-á considerando o princípio do “notório saber” ou da qualificação profissional devidamente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

comprovados.

O comprometimento da carga horária docente será de aproximadamente 6 horas semanais, durante o prazo de execução de cada módulo, tendo em vista que cada módulo estará sob a responsabilidade de, no mínimo, 3 docentes, sendo um deles, obrigatoriamente, docente do quadro efetivo do IFB.

Considerando a possibilidade do comprometimento da carga-horária dos docentes do Campus Ceilândia, poderão ser credenciados outros docentes do quadro do IFB que possuam interesse em atuar como orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso e substitutos dos titulares. Os docentes são responsáveis pelo registro e acompanhamento da frequência discente em cada módulo, ficam obrigados a entregar o diário e controle de notas em até 10 (dez) dias após o término das atividades.

Apresenta-se a seguir o quadro de docentes do IFB responsáveis por cada módulo.

DOCENTE	CURRÍCULO LATTES	MÓDULO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Conceição de Maria Cardoso Costa, Dra.	http://lattes.cnpq.br/3956250236544095	I	6 h
Loureine Rapôso Oliveira Garcez, MSc.	http://lattes.cnpq.br/9839506112245737	II	6 h
Gabriela Cristina Cândido da Silva, MSc.	http://lattes.cnpq.br/9180834863607926	III	6 h
Kelly de Oliveira Santos, Dra.	http://lattes.cnpq.br/2483881220030496	IV	6 h
Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro, MSc.	http://lattes.cnpq.br/9075965248967164	V	6 h

O quadro a seguir apresenta docentes indicados pela FUNAB para atuar nos módulos como especialistas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

DOCENTE	CURRÍCULO LATTES	MÓDULO
Marcelino de Andrade Amaral, Esp.	http://lattes.cnpq.br/5065469811371525	I
Mourad Ibrahim Belaciano, Dr.	http://lattes.cnpq.br/6026282133896464	
Suzana Gonçalves Rodrigues, MSc.	http://lattes.cnpq.br/0757954789330272	II
Helder Arns Pedron, MSc.	http://lattes.cnpq.br/8576446233825548	
Waldeck Fachinelli Cavalcante, Esp.	http://lattes.cnpq.br/2550488725930637	III
Natália de Souza Duarte, Dra.	http://lattes.cnpq.br/0909306416663528	
Reinaldo Oscar de F. M. L. Rezende, MSc.	http://lattes.cnpq.br/3700302526944368	IV
Luiz Ricardo Magalhães, Dr.	http://lattes.cnpq.br/4355729879241813	
Fabiana Claudia de Vasconcelos França, MSc.	http://lattes.cnpq.br/7537242953998838	V
Zedemar Sena de Oliveira, Esp.	http://lattes.cnpq.br/4600930753006283	

XII. METODOLOGIA

A metodologia adotada volta-se para a participação do discente, estimulando sua autonomia, conferindo-lhe o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas buscam promover a reflexão crítica e o ensino aplicado à resolução de questões concretas. Para tanto, além do desenvolvimento da APB, estão previstas atividades como estudos de casos, simulações realísticas, problematização, práticas monitoradas e oficinas didáticas que estimulem a troca de experiências e a aplicabilidade no trabalho, num movimento de ação - reflexão - nova ação.

As estratégias didáticas, privilegiam o ensino de aplicabilidade, incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado.

XIII. INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado em sua composição curricular e em seu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

quadro de docentes, que inclui mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento. São programadas visitas, palestras e debates com especialistas convidados, fomentando a reflexão sobre assuntos que estão recebendo atenção especial na área de segurança pública.

A integração e a interdisciplinaridade também são incentivadas, considerando a organização do curso, composto de dois eixos nucleares:

- **Eixo Metodológico** - preparar o aluno para a iniciação na pesquisa, para a produção de conhecimento escrito com raciocínio e técnicas científicas e para o desafio da docência superior;
- **Eixo Especializado** - compõe o conjunto de conhecimentos importantes ao profissional da Segurança Pública, com temas atinentes às atividades policiais de investigação, inteligência, pericial, operacional, defesa pessoal, armamento, primeiros socorros e análises variadas da realidade social atual.

Portanto, cada um desses eixos centra-se em um contexto temático. Em especial do “Eixo Especializado”, não compõe um ramo tradicional de conhecimento, como, por exemplo, o seriam o “Direito”, “Filosofia”, “Pedagogia” e “Química”. São, visivelmente, conhecimentos interdisciplinares e que estão ganhando aporte e passando a integrar um ramo em construção: Segurança Pública.

Anotado isso, o professor terá a necessidade de proporcionar aos alunos do curso aulas interdisciplinares que estimulem a capacidade de associar conhecimentos que estão esparsos em diversas ciências, ou até sem catalogação específica em uma delas. O pensar plural é o perfil que se procura no docente que enfrentará essa realidade em sala de aula. A apresentação e problematização de suas experiências práticas vividas, temperadas pela exposição interdisciplinar do tema, cobrando apresentação de respostas, é um caminho pedagógico que naturalmente ocorrerá com frequência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O curso ainda atinge a finalidade da integração, já que será construído em parceria com outras duas instituições do Distrito Federal (APC e FUNAB), em prol da melhoria social da comunidade local.

Atividades Complementares

Os professores do curso possuem autonomia didática para oferecerem atividades complementares nos módulos. Os alunos do curso receberão convites para participarem dos seminários, palestras, atividades e projetos sociais desenvolvidos pelo IFB e pela APC.

Na estrutura da Academia de Polícia Civil encontram-se dois museus, cuja visita servirá como atividade complementar. O museu de Drogas, que relata o tema drogas, e apresenta tipos de drogas e anatomia de corpos que fizeram o uso abusivo das drogas. Apresenta livro de pesquisador lotado na APC, sobre a plantação das 8 (oito) plantas psicotrópicas proibidas no Brasil, que foi selecionado no concurso do Memorial TJDF 2017, tendo recebido um dia de exposição e permanece em sua vitrine, com os livros selecionados nos anos anteriores.

Há também o museu de Armas. Com um grande quantitativo de armas variadas, artesanais e industriais, de diferentes épocas da história nacional, inclusive do período colonial. Há armas que pertenceram a Dom Pedro II, Getúlio Vargas, Duque de Caxias e outros personagens da história nacional. A atividade complementar de visita ao museu poderá despertar no aluno o interesse pelo aprofundamento do estudo de temas relacionados às armas, tão atuais no campo da Segurança Pública, que inclusive discute atualmente a campanha do desarmamento.

Em virtude de que as aulas se darão na sede física da APC, que compõe a Polícia Civil do Distrito Federal, toda a estrutura dessa instituição, como suas diversas Delegacias Circunscricionais e Especializadas, seus institutos de Criminalística, Medicina Legal, DNA, Identificação, bem como seu Departamento de Atividades Especiais estarão naturalmente à disposição para recebimento de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

visitas pelos discentes.

XIV. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O Edital de seleção discente poderá abranger os seguintes critérios: sorteio, prova escrita, entrevista e avaliação curricular. Caberá à comissão responsável pelo edital elencar os critérios para seleção. O edital contemplará ainda a reserva de cotas previstas em lei e já praticadas pelo IFB nos seus processos seletivos.

Tendo em vista a proposta do curso, seu público alvo, os pré-requisitos e o perfil do egresso que se busca por meio do curso especialização, sugerem-se cumulativamente, os seguintes critérios de distribuição de vagas:

1. 75% das vagas destinadas a ocupantes das carreiras policiais da Polícia Civil do Distrito Federal.

Assim este subgrupo deverá ter as seguintes características:

- Possuir formação de nível superior reconhecida no Brasil;
- Ser integrante de qualquer um dos cargos policiais da Polícia Civil do Distrito Federal;
- Estar posicionado na 1ª Classe de sua carreira e figurando em lista para promoção à Classe Especial nos anos seguintes.

2. 15% das vagas disputadas para interessados que sejam ocupantes das carreiras policiais da Polícia Federal, da Polícia Civil de Goiás e da Polícia Civil de Minas Gerais, lotados em qualquer uma de suas cidades. Este subgrupo deverá:

- Possuir formação de nível superior reconhecida no Brasil;
- Apresentar todos os documentos necessários à identificação do candidato, de seu currículo, de seu vínculo funcional e necessários à análise de seu pedido de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

participação.

3. 10% das vagas para policiais lotados na APC e que estejam posicionados na classe especial. Este subgrupo deverá:

- Possuir formação de nível superior reconhecida no Brasil;
- Apresentar todos os documentos necessários à identificação do candidato, de seu currículo, de seu vínculo funcional e lotação atual, e necessários à análise de seu pedido de participação.

No caso de se sobrem vagas de qualquer um dos três grupos, elas poderão ser destinadas à ampla concorrência entre policiais da PCDF, PF, PCGO e PCMG, independente da Classe em que estejam posicionados, desde que apresentem porte de arma válido, mediante critérios a serem lançados em edital próprio, partindo-se dos princípios básicos acima elencados⁸.

Os servidores serão matriculados conforme as normas do IFB, em edital específico, ao qual se dará ampla publicidade, que disciplinará o sistema de seleção e as matrículas, definindo critérios e eventuais óbices e peculiaridades nos critérios acima, conforme as regras do IFB.

XV. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação terá os seguintes princípios:

- a) **Diagnóstica:** realizada nas entrevistas para o curso, para se identificar o perfil idealizado para o curso, bem como para se mensurar decisões a serem tomadas, e aptidões a serem desenvolvidas no curso, diante do perfil detectado dos

⁸ Quanto às vagas remanescentes permanecerem destinadas a Policiais informamos que tal necessidade se dá porque a formação exige prévios conhecimentos restritos à formação policial, com aulas sobre sistemas sigilosos de investigação, cumprimento de Ordens Judiciais e Mandados Judiciais, além de aulas em stand de tiro, com porte e manuseio de armas diversas, bem como ensino de técnicas de ataque policial armado, cujos conhecimentos necessitam permanecer na esfera das policias investigativas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

interessantes;

- b) **Formativa:** que acompanhará o envolvimento e a atuação dos alunos de forma contínua, bem como sua capacidade de enfrentar os problemas propostos e buscar suas soluções;
- c) **Somativa:** realizada em momentos a serem designados pelo professor, com a intenção de verificar a construção/aquisição de conhecimentos, o potencial que o curso despertou no aluno para o desenvolvimento de habilidades e competências;

Avaliação dos alunos nos módulos

A avaliação dos alunos será elaborada pelo(s) professor(es), que terá(ão) liberdade pedagógica para desenvolver as avaliações diagnóstica, formativa e somativa, seguindo as diretrizes da coordenação de curso.

As avaliações serão definidas previamente nos Planos de Ensino. O score das notas irão variar de 0,0 (zero) à 10,0 (dez).

O Professor, no final de cada módulo, poderá propiciar uma segunda chamada oral aos alunos que porventura tenham perdido alguma avaliação ou não tenham obtido rendimento satisfatório.

Requisitos para Aprovação final no curso

Estará aprovado na pós-graduação lato sensu, e receberá certificado de conclusão de Curso de Especialização em Segurança Pública, o aluno que concomitantemente atender aos seguintes requisitos:

- a) Frequência de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) em cada módulo utilizado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

para se integralizar o currículo mínimo do curso, a ser atestada pelo professor;

- b) Nota mínima 6,00 exigida para aprovação em todos os módulos;
- c) Nota mínima 6,00 no Trabalho Final de Curso.

Auto Avaliação

Aproveitar-se-á do contato com os discentes para se aplicar a auto-avaliação, que se dará de forma confidencial, escrita, avaliando os módulos, os docentes, o curso e os serviços.

XVI. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Poderão ser objeto de aproveitamento de estudos, desde que verificada a equivalência mínima de 75% em termos de conteúdo e carga horária, disciplinas concluídas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Capes, presenciais e/ou à distância, ou em curso de pós-graduação *Lato Sensu* oferecido por instituição credenciada para atuar nesse nível educacional, desde que as mesmas equivalham a quaisquer um dos módulos previstos. Desta forma, para ser dispensado de algum dos módulos o aluno deve comprovar a equivalência das disciplinas cursadas com o referido módulo. O somatório da carga-horária em que houver aproveitamento de estudos não poderá exceder a 1/3 (um terço) da carga horária do curso.

O aproveitamento de estudos deverá ser requerido pelo discente, pelo menos, 15 (quinze) dias antes da data de início das aulas do módulo para a qual o interessado pretende o aproveitamento.

Caberá ao Coordenador do Curso deferir ou não o aproveitamento solicitado, com base nas disciplinas cursadas, analisados comparativamente com o plano de ensino do módulo em questão,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

sendo observadas as seguintes exigências:

a) o requerente apresentará histórico comprovando ter cursado as disciplinas há menos de 5 (cinco) anos, contados da data de conclusão da disciplina até a data de solicitação do aproveitamento;

b) o discente que tenha cursado as disciplinas há mais de 5 (cinco) anos deverá realizar uma avaliação de conhecimento atualizado do conteúdo programático do componente curricular pretendido;

c) o aproveitamento obtido pelo discente nas disciplinas relacionadas ao pedido de aproveitamento deverão ser equivalente ao mínimo exigido pelo IFB para aprovação em cada módulo, ou seja, mínimo 6,0 pontos e mínimo de 75% de presença.

XVII. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle da frequência dos alunos dar-se-á por meio de aferição pelos docentes de cada módulo.

Caberá ao(s) professor(es) do módulo dar legitimidade à pauta de presença do aluno perante o Registro Acadêmico.

O aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% no módulo será considerado aprovado quando ao requisito “presença”, necessitando ainda ser aprovado na avaliação do professor, para ser considerado aprovado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XVIII. INFRAESTRUTURA DO CURSO

A Academia de Polícia Civil – APC está localizada na Quadra 17 da cidade satélite do Riacho Fundo II, em ponto de intersecção das rodovias BR 060 e DF 0001, nas áreas QN 17, conjunto 1 e 2, Lotes 1 e 2. Sua área horizontal é de 88.028,27 m², sendo 59.457,50 m² de área construída. A área edificada está disposta em 4 pavimentos: subsolo, térreo, 1º andar e 2º andar. Nesses pavimentos encontram-se instalados os serviços de reprografia, audiovisual, serviço administrativo, biblioteca e museus, bem como serviços mais complexos como concursos e cursos diversos, instalações sanitárias, bebedouros, salas de aula, áreas de convivência para alunos, auditórios, sala de professores e outros.

As instalações físicas da Academia disponibilizadas para o funcionamento do curso, estão distribuídas da seguinte forma:

- 13 salas de aula, sua maior parte com capacidade para 50 alunos, possuindo no total 557 cadeiras;
- Seção de serviço audiovisual que dispõe dos recursos audiovisuais e de informática necessários ao professor;
- 1 Mini-auditório, com capacidade para 60 pessoas, equipado com recursos multimídia e materiais de apoio;
- 1 Auditório, com cadeiras para 198 pessoas, mesas e parlatório, com infraestrutura para realização de solenidades de abertura e encerramento de cursos, palestras, formaturas e outros eventos de cunho cultural, artístico e religioso;
- 1 Museu de armas, recurso educativo com a função principal de preservar a memória policial por meio de um coletânea de armas verdadeiras que remontam a vários momentos da história do país, inclusive da fase colonial (mais de uma centena delas);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- 1 Museu de drogas, com a função primordial de promover e participar de projetos sociais, e de fornecer apoio ao ensino, contendo coletânea de drogas lícitas e ilícitas, livros, memórias, partes anatômicas de corpos direcionadas ao malefício que as drogas provocam no corpo humano;
- Serviço de Condicionamento Físico (SCF), utilizado para o ensino de técnicas de defesa pessoal policial e Técnicas de Imobilização Policial, treinamento físico de alunos, professores e servidores, composto por 2 salas de dojôs com tatame, e uma Academia que comporta cerca de 30 alunos conjuntamente. Três policiais são lotados no SCF;
- Serviço de Adestramento Técnico (SAT), composto por 3 campos de tiro, na sede de Taguatinga, com capacidade para receber 40 alunos instantaneamente em cada, contando ainda com paiol de armas e munições. Três policiais são lotados no SAT;
- SEAD – Seção de Ensino a Distância, com a atribuição de executar, fomentar e avaliar as ações educacionais à distância com o uso da plataforma moodle, com ou sem tutoria;
- DGC – Divisão de Gerência de Concursos, onde todos os concursos da PCDF são modulados, preparados, executados, e juridicamente coordenados. Essa divisão acompanha o processo desde a decisão do gestor de autorizar a seleção até a prévia da posse do novo policial, inclusive todo seu curso de formação na Academia de Polícia Civil;
- DTE – Divisão Técnica de Ensino, onde todos os cursos da Academia de Polícia são formatados em Projetos Pedagógicos de Curso, e onde é feito todo o acompanhamento de suas execuções, inclusive seleção e pagamento de docentes;
- um ônibus, customizado como museu de drogas itinerante;
- uma biblioteca devidamente especializada em temas relativos ao trabalho policial, segurança na atividade policial, gestão pública e Direito, composta de acervo cadastrado contando com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

5.845 títulos entre livros, monografias, periódicos e outros. Existem ainda cerca de 2.000 livros pendentes de cadastro. A área aberta da biblioteca comporta até 35 pessoas para estudo, possui cadeiras e sofás, e possui computador com acesso à internet. A biblioteca possui ainda uma sala fechada, com 6 computadores para estudo com acesso à internet. A biblioteca é aberta ao público, havendo em seu registro mais recente cerca de 300 empréstimos de livros ou periódicos e acesso presencial de cerca de 2500 usuários;

- 2 Laboratórios de Informática para atividades de ensino, um com 40 e outro com 35 computadores para funcionamento pleno;
- Sala para professores, com capacidade para 12 professores simultaneamente;
- Alojamento para receber grupo de 4 (quatro) estudantes externos;
- Sala para lanches, copa e cozinha, com armários e utensílios;
- Serviço de Primeiros Socorros na Atividade Policial – PSAP, com profissional atualizada nas técnicas de primeiros socorros, e certificação de referência;
- Serviço de Apoio Administrativo (SAA), que apoia o funcionamento administrativo de toda a Academia de Polícia;
- Reprografia, onde são preparados os materiais impressos de uso nos cursos da Academia de Polícia;
- Sanitários masculinos e femininos amplos, sendo dois de cada para cada pavimento;
- Filtros e bebedouros distribuídos pelos ambientes do prédio;
- Área externa pavimentada, para cerimônias com hasteamento de bandeiras, e palco;
- Amplo estacionamento cercado, para cerca de 200 carros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIX. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Os discentes deverão elaborar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), sob a forma de Monografia, Artigo Científico ou trabalhos equivalentes, de acordo com as normas específicas e as constantes na Resolução N.º 012-2013/CS – IFB.

A elaboração, entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Segurança Pública. O TCC deverá ser elaborado individualmente, sob orientação de um docente do Curso de Especialização.

Os temas do TCC serão necessariamente correlacionados a uma efetiva contribuição nas seguintes áreas do currículo do curso:

- Ciência da Segurança Pública;
- Investigação policial;
- Ensino e aprendizagem na área de segurança pública;
- Organização de linhas de pesquisa/Investigação;
- Gestão da Polícia Judiciária;

A documentação de conhecimentos apreendidos pelo aluno durante o exercício de funções no âmbito da Segurança Pública, a afirmação ou refutação (no molde científico) de máximas teóricas ou de conhecimentos empíricos e proposição de novos modelos de atuação deverão ser prestigiadas e fomentadas pelos professores e coordenadores.

Para ser matriculado no TCC o aluno deverá ter sido aprovado, no mínimo, no Módulo Ensino e Pesquisa para Segurança Pública (60 horas).

O aluno é integralmente responsável pela originalidade do trabalho apresentado perante o IFB e demais órgãos de fiscalização estatais em todas as esferas do Direito.

A relação de docentes orientadores deverá ser apresentada aos discentes durante o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

segundo módulo de execução do curso e o processo deverá ser conduzido como descrito a seguir:

- I. A Coordenação Geral do Curso encaminhará ao discente uma ficha na qual ele deverá inserir:
 - a) título provisório do projeto de pesquisa;
 - b) linha de pesquisa na qual se encaixa seu projeto, quando for o caso;
 - c) resumo de no máximo 10 (dez) linhas sobre o objeto da pesquisa;
 - d) indicação de até 03 (três) nomes de docentes para orientação, por ordem de sua preferência.
- II. A Coordenação Geral do Curso encaminhará convite para o primeiro nome sugerido na ficha. Caso o docente recuse, o coordenador encaminhará para o próximo, até que se finde a lista.
- III. Cada professor poderá orientar, no máximo, 6 (seis) discentes, simultaneamente, por curso.

Até início do terceiro Módulo, o Coordenador Geral do Curso deverá solicitar o termo de compromisso aos docentes orientadores de TCC, em formulário próprio, devidamente preenchido e assinado pelo professor orientador e pelo discente.

Será permitida a existência de um professor coorientador. A orientação docente deverá abranger a escolha do tema, o desenvolvimento e a apresentação do TCC.

Quando o TCC for no formato de um artigo científico, este poderá ser submetido a uma revista com notória validação da qualidade da produção intelectual nacional ou internacional (Qualis B-2 ou superior). Poderá ser abdicado da obrigatoriedade da defesa em banca examinadora aqueles alunos que tiverem os trabalhos submetidos aceitos pela revista , a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

critério do colegiado do curso. O artigo deve ter sido escrito pelo discente, em coautoria com pelo menos um docente do quadro de professores do curso.

As normas textuais para confecção, entrega e defesa do TCC, bem como os prazos que acompanham esse processo devem seguir determinações constantes deste PPC e demais regulamentos do IFB.

Cada discente deverá encaminhar solicitação de defesa do TCC à Coordenação Geral do Curso, no prazo máximo de 3 (três) meses após a conclusão dos Módulos, de acordo com o cronograma do curso. Em casos excepcionais, o aluno poderá requerer uma única vez ao Coordenador a prorrogação desse prazo por igual período, mediante apresentação parcial do trabalho já desenvolvido.

A Coordenação Geral do Curso encaminhará o processo para a verificação da situação do discente à Coordenação de Registro Acadêmico do Campus, à biblioteca e, nos casos pertinentes, à instituição conveniada.

O professor orientador e o discente deverão providenciar a formação da banca examinadora do TCC, que deverá ser constituída por 3 (três) membros, sendo um destes o professor orientador. A banca examinadora será presidida pelo professor orientador do trabalho sob avaliação dos demais membros da banca.

Poderão integrar a banca examinadora, profissionais da área que não pertençam ao quadro de servidores do IFB, que tenham a formação acadêmica compatível ou experiência profissional relevante.

Estando o discente em situação regular e definida a banca examinadora do TCC, as Coordenações Geral e Temática do Curso deverão validar a escolha da banca examinadora e providenciará a publicação da defesa em quadro de Edital, com pelo menos 5 dias úteis de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

antecedência da data da defesa.

O discente será responsável pela entrega do seu TCC à Coordenação Geral do Curso, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de defesa, mediante protocolo. O trabalho deverá ser encaminhado impresso em 3 (três) vias, juntamente com o termo de encaminhamento do trabalho de conclusão de curso assinado pelo orientador. O Coordenador do Curso encaminhará os TCCs aos membros da banca examinadora, para a defesa pública.

O resultado da avaliação do TCC será expresso com o conceito aprovado ou reprovado, definindo uma nota de zero (0,0) a dez (10,0), registrado em ata a ser anexada ao trabalho. A nota mínima para aprovação do TCC deverá ser 6,0 (seis). Caso o candidato não seja aprovado, este deverá passar por nova avaliação em banca no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da primeira apresentação.

Ao final da defesa, o orientador entregará as 3 (três) vias do TCC para o discente sob avaliação, com as devidas anotações dos examinadores.

O discente deverá devolver o TCC devidamente corrigido, em 3 (três) vias impressas, encadernadas em brochura (para o formato monografia) e na forma de mídia digital (CD-ROM), em formato editável (.doc, .docx, .odt) e pdf, mediante protocolo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da defesa. Uma das vias impressas será enviada para catalogação na biblioteca da APC, cedendo o aluno todos os direitos de utilização de referido texto, inclusive para publicações, resguardada a propriedade intelectual moral (sua autoria).

A entrega do certificado de especialista será dada sempre após o fim do curso, em seguida ao prazo necessário aos trâmites burocráticos inerentes à certificação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XX. CERTIFICAÇÃO DO CURSO

O IFB expedirá, por meio da Coordenação de Registro Acadêmico do campus Ceilândia, os seguintes certificados:

- I. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, para o discente que tenha sido aprovado em todos os módulos obrigatórios do curso e no Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. Certificado de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento, para o discente que tenha sido aprovado em todos os módulos, mas que não tenha entregue e ou apresentado o TCC;
- III. Certificado de Atualização, para o discente que tenha concluído algum(ns) do(s) Módulos do curso.

Cada discente poderá receber o certificado de um único tipo, dentre os previstos acima.

Os Certificados de Atualização serão expedidos por Módulo concluído com êxito, a partir de requerimento do interessado.

Depois de registrados pelo órgão competente em livro próprio, os certificados de que trata este item serão assinados conjuntamente pelo representante da instituição ofertante e pelos representantes das instituições parceiras - Diretor do Campus do IFB, Diretor Executivo da FUNAB e Diretor da APC. A entrega dos certificados ao discente estará condicionada ao depósito das cópias de que trata o item XX deste PPC e à quitação/devolução de títulos de empréstimo da biblioteca do IFB e APC. Os certificados obedecerão às normas gerais estabelecidas pelo IFB no que se refere à forma, conteúdo e registro.

XXI. INDICADORES DE DESEMPENHO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

São previstos como indicadores de desempenho:

- Participações discentes e docentes em eventos da área na qualidade de autores e/ou palestrantes;
- Participações discentes e docentes como congressistas em eventos da área;
- Taxa de publicação em parceria discente/docente em periódicos da área, conforme classificação Qualis/CAPES;
- Razão de evasão (alunos evadidos por total de matrículas);
- Razão de egressos (total de egressos por total de matrículas);
- Taxa de reprovação nos Módulos previstos;
- Participação discente e docente em atividades extras do curso de especialização;
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao andamento do curso e sua aderência aos objetivos propostos; e
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao apoio em infraestrutura e serviços administrativos do IFB e APC.

XXII. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

A cada semestre de execução do curso, os coordenadores envolvidos no projeto elaborarão um relatório apresentando os indicadores de monitoramento de desempenho, previstos no item XXII.

XXIII. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A execução do curso está prevista 19 semanas, com início previsto para o segundo semestre de 2018. O cronograma proposto é:

	Nº SEMANAS	CARGA HORÁRIA
MÓDULO I	3	60 h
MÓDULO II	3	60 h
MÓDULO III	4	80 h
MÓDULO IV	4	80 h
MÓDULO V	5	100 h

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. A. Aprendizagem Baseada em Problemas na formação policial: um debate metodológico. **Revista Mercopol**. Ano X n. 10/2017. Disponível em: <http://portal.ead.senasp.gov.br/noticias/ciclos/resultado-da-selecao-de-trabalhos-para-a-revista-mercopol>.
- AMIRTAGÉ, P.; BURNARD P. Mentors or Preceptors? Narrowing the theory-practice gap. **Nurse Educ Today**. 11 (3): 225-229. 1991.
- ANASTASIOU, L. G. C. **Ensinar, aprender, aprender e processos de ensinagem**. In: ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, P. L (Orgs). *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em sala de aula*. Joinville: Univille, 2003.
- BAIN, L. Preceptorship: a review of the literature. **J. Adv Nurs**; 24 (1): 104-107. 1996.
- BARROSO, J. M.; CORDEIRO, B. M. P.; VALEIXO, M. A Formação do Profissional de Segurança Pública no Brasil. **Revista Mercopol** n. 2. Edição Paraguai. n. 2, p. 40-42. jan./set, 2008.
- BERBEL, N. A. N. **A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma reflexão teórico-epistemológica**. Londrina: EDUEL, 2012.
- BELACIANO, Mourad Ibrahim. Uma forma curricular: notas para uma teoria de currículo para a educação médica. 2015. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências: perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública. Brasília, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional: versão modificada e ampliada. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília, 2014.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 6. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 43 p. Série legislação; n. 64, 2011. Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br/bd/bistream/handle/bdcamara/2762/idb-6ed>>
- BOTTI, S. H. O; REGO, S. Preceptor, Supervisor, Tutor e Mentor: Quais são seus papéis? **Revista Brasileira de Educação Médica**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 363 - 373. 2008.
- BRUNETTA, A. A. Não-formal e informal no ensino policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 9, n. 2, 130-140, Ago/Set, 2015.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social. Polícia Civil do Distrito Federal. Academia de Polícia Civil do Distrito Federal. Plano Anual de Formação Policial. Brasília, 2016.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social. Polícia Civil do Distrito Federal. Academia de Polícia Civil do Distrito Federal. Plano Anual de Formação Policial. Brasília, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- JONES, A. Getting going with clinical supervision: an introductory seminar. **J. Adv Nurs**. 27: 560-6. 1998.
- LEITE, L; AFONSO, A. Aprendizagem baseada na resolução de problemas. Características, organização e supervisão. Boletim das Ciências, 48, p. 253-260, 2001. Apud: SOUZA, Samir Cristino de; DOURADO, Luis. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Um Método De Aprendizagem Inovador Para O Ensino Educativo. *In: Holos*, v. 5, p. 182-200, outubro 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880/1143>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- LEITE, L; ESTEVES, E. Ensino orientado para a Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas na Licenciatura em Ensino da Física e Química. *In: Bento Silva e Leandro Almeida (Eds.). Comunicação apresentada no VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: CIED - Universidade do Minho, p. 1751-1768, 2005. Apud: SOUZA, Samir Cristino de; DOURADO, Luis. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Um Método De Aprendizagem Inovador Para O Ensino Educativo. *In: Holos*, v. 5, p. 182-200, outubro 2015. ISSN 1807-1600.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880/1143>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- MAKIN, D. A. A Descriptive Analysis of a Problem-Based Learning Police Academy. **Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning**. v. 10, questão 1, artigo 2, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7771/1541-5015.1544>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária: 1986.
- SANTO, M. C. E. O Uso da Aprendizagem Baseada em Problemas: o caso da Academia de Polícia Militar/BA. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17009>>. Acesso em: 27 de abr. de 2017.
- SOUZA, S. C; DOURADO, L. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Um Método De Aprendizagem Inovador Para O Ensino Educativo. *In: Holos*, v. 5, p. 182-200, out. 2015. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2880/1143>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- VANDER KOOL, Gregory P. Problem-Based Learning: an Attitudinal Study of Police Academy Students. 2006. Dissertação de mestrado na Faculty of The Graduate College do Department of Educational Leadership, Research and Technology da Western Michigan University Kalamazoo, Michigan. 2006. 195p.
- WERTH, E. P. Problem-Based Learning in Police Academies: Adult Learning Principles Utilized by Police Trainers (2009). Doctoral Dissertations and Projects. 134. Disponível em: <<http://digitalcommons.liberty.edu/doctoral/134>>. Acesso em: 15 abr. 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXOS

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS MÓDULOS

Módulo I - Ensino e Pesquisa para a Segurança Pública

Carga Horária: 60 horas

Competências do módulo

- Compreender as especificidades da Andragogia para o exercício das atividades de ensino e pesquisa, utilizando metodologias ativas de aprendizagem, tendo como princípio a pesquisa-ação e a formação para o mundo do trabalho, em especial na área de segurança pública, buscando o desenvolvimento de formas inovadoras de avaliação que estimulem o pensamento crítico e o trabalho colaborativo.

Eixos Temáticos: Metodologia do Trabalho Científico; Metodologia do Ensino Superior; Andragogia; Didática do Ensino Superior; Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem; Avaliação para a Aprendizagem.

Objetivos do módulo:

- Discutir as principais características da aprendizagem de adultos (Andragogia);
- Discutir as possibilidades de utilização das metodologias ativas de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do pensamento científico e crítico e a capacidade de resolução de problemas.
- Compreender os aspectos metodológicos para a produção do conhecimento científico, especialmente sobre temas relevantes de Segurança Pública, das ciências policiais e dos aspectos relativos à docência.
- Compreender o saber docente como constituinte da soma de saberes específicos que abrangem o conhecimento dos conteúdos disciplinares formais e aqueles advindos da história de cada pessoa em sua relação com o mundo.
- Repensar a prática da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem na perspectiva da avaliação somativa e formativa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia Básica:

- TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino).
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ARAÚJO, U.F; SASTRE, G. Aprendizagem Baseada em Problemas no Ensino Superior. Summus Editorial, 2009.

Bibliografia complementar:

- VASCONCELOS, C. S. Competência docente na perspectiva de Paulo Freire. Revista de Educação AEC, PUC, São Paulo, n. 143, p. 66-78, abr./jun. 2007.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- HUSAIN, A. Problem-based Learning: A current modelo of education. Oman Medical Journal, Saudi Arabia, v. 26, n. 4, p. 295. 2011.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Módulo II – A Gestão sob o enfoque da Justiça organizacional e dos valores humanos individuais

Carga Horária: 60 horas

Competência do módulo

- Compreender e aplicar conceitos inerentes à Justiça Organizacional, às formas de compensação psicológica da sensação de injustiça e aos valores humanos associados, criando Indicadores de Desempenho para as realidades dos organismos de Segurança Pública.

Eixos Temáticos: Justiça Organizacional; Teoria tridimensional; Justiça Distributiva; Teoria da Equidade; Dissonância Cognitiva; Formas de Compensação, Real e Psicológica; Justiça de Procedimentos, raízes filosóficas, elementos, relevância para as pessoas. Justiça Interacional; Meritocracia na Administração Pública e Justiça Organizacional. Indicadores de Desempenho na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Polícia Civil do Distrito Federal. Valores Humanos.

Objetivos do módulo:

- Refletir sobre os construtos justiça organizacional e valores humanos individuais, na tomada de decisões por parte dos gestores, fomentando a capacidade de motivação dos policiais, no sentido de prestação de um serviço de qualidade à população do Distrito Federal;
- Conhecer o conceito de compensação real e psicológica do sentimento de injustiça e compreender os efeitos cientificamente demonstrados da percepção de justiça organizacional sobre os comportamentos, pensamentos e sentimentos dos servidores;
- Conhecer o conceito de meritocracia e a divergência sobre sua aplicação no serviço público;
- Instigar o debate sobre a meritocracia na PCDF, com base nos conhecimentos sobre justiça organizacional;
- Conhecer o conceito tridimensional de justiça organizacional;
- Compreender os diferentes aspectos na tomada de decisão ;
- Conhecer o conceito e as características de indicadores de desempenho;
- Aprender o conceito de valor humano individual;
- Compreender a relação entre valores humanos individuais e a percepção de justiça organizacional.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Simone de.; MARÇAL, Rui Francisco Martins; KOVALESKI, João Luiz. Metodologias para Avaliação de Desempenho Organizacional. *XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, Florianópolis/SC, 03 a 05 de nov de 2004. Disponível em <https://xa.yimg.com/kq/groups/18916616/50414624/name/MEDIÇÃO+DE+DO.2.pdf>

ASSMAR, Eveline Maria Leal; FERREIRA, Maria Cristina; SOUTO, Solange de Oliveira. Justiça Organizacional: uma revisão crítica da literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 18, n.3, pp. 443-453, 2005.

BARBOSA, Lívia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 3, p. 59-102, set.-dez,1996.

BEUREN, Ilse Maria; SANTOS, Vanderlei dos. Percepção de justiça organizacional na avaliação de desempenho de controllers. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 31, n. 3, p. 53-72, set-dez,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

2012.

BILHIM, João. Papel dos Gestores na Mudança Cultural da Administração Central do Estado: o caso da meritocracia. *Revista Internacional de História e Cultura Jurídica*, v. 05, n. 2, p. 205-227, mai/ago, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327391003>

BORTOLLATO JR., Ademir Luiz. (2014). Hierarquia de valores de alunos de ciências contábeis. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores: orientações básicas aplicadas à gestão pública. *Coordenação de Documentação e Informação*. Brasília: MP, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho, 2013.

PAZ, Maria das Graças Torres; GOSENDO, Eliana Elisabete Moreira; DESSEN, Marina Campos; MOURÃO, Roberta Guiedeville Vita. Justiça Organizacional e Bem-Estar Pessoal nas Organizações. *Estudos*, Goiânia, v. 36, n. 1/2, p.95-115, jan/fev. 2009.

PAZ, Maria das Graças Torres. *Justiça distributiva na avaliação de desempenho dos trabalhadores de uma empresa estatal*. 1992. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), 1992.

PEDRON, Helder Arns. Os Delegados Foram Alocados com Justiça? Valores Humanos como Preditores da Percepção de Justiça Organizacional na Distribuição da Alocação Funcional dos Delegados da Polícia Civil do Distrito Federal. 147fls e 2 anexos. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2017.

SOTOMAYOR, Ana Maria da Silva Barbosa de. Avaliação de desempenho e compromisso organizacional: a perspectiva da justiça organizacional. *Revista Universo Contábil*, v. 3, n. 3, p. 87-100, 2007.

SOUSA, Izabela A. de C. Meireles; MENDONÇA, Helenides. Justiça organizacional, prazer e sofrimento no trabalho: análise de um modelo mediacional. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 57-74, jul/ago. 2009.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; FLEURY, Maria Tereza Leme.; MILLS, John. Construindo o Diálogo Entre Competência, Recursos e Desempenho Organizacional. *Revista de Administração de*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Empresas, v. 46, n.4, pp 48-65, out/nov, 2006.

FERREIRA, Bilmar Angelis de Almeida; RIGUEIRA, André Di Lauro. Os Indicadores-Chave de desempenho como aliados da análise criminal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 2, ago/set, pp 66-88, 2013.

REGO, Armênio; SOUTO, S. A Percepção de Justiça como Antecedente do Comprometimento Organizacional: um estudo luso-brasileiro. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 151-177, jul/set. 2004.

REGO, Armênio. Climas de Justiça e Comprometimento Organizacional. *Revista de Psicologia Organizações e Trabalho*, v.3 (1), jan/jun, p. 27-60, 2003.

Ros, Maria. Psicologia social dos valores: Uma perspectiva histórica. In M. Ros & V. V. Gouveia (Eds.), *Psicologia social dos valores humanos. Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 23-54). São Paulo: Senac, 2006.

Módulo III - Visão Sistêmica e Contemporânea da Segurança Pública

Carga Horária: 80 horas

Competências do módulo

- Utilizar formas alternativas de resolução de conflitos que sejam possíveis e indicadas a situações peculiares, desenvolvendo uma visão sistêmica e contemporânea na área de segurança pública, em conformação com o ordenamento jurídico, aplicando metodologias de análise e investigação criminal.

Eixos Temáticos: Métodos e técnicas de pesquisa em Segurança Pública. Pluralismo, valores sociais e dignidade da pessoa humana. Objetos da Criminologia. Análise Criminal. Intimidade, privacidade e teorias bioantropológicas explicativas do fenômeno criminal. Investigação policial e perfil criminal. Modelo psicodinâmico, psicológico e psicopatológico do fenômeno criminal. Mediação. Teorias de fundamento sociológico explicativas do fenômeno criminal. Ressocialização. Estratégias de prevenção da criminalidade. Georeferenciamento e padrões criminais. Transferência de criminalidade. Cifras ocultas, técnicas de estimação dos índices reais de criminalidade e crimes de colarinho branco. Instâncias formais e informais de controle social do crime. Política criminal baseada em evidências científicas e as estatísticas criminais. Polícia Investigativa e a Democracia Brasileira. Crime organizado e cooperação policial.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Objetivos do módulo:

- Realçar o estudo criminológico do crime, da pessoa do criminoso, da vítima e do controle social do comportamento delitivo;
- Ordenar as tendências atuais da Criminologia e seus desafios;
- Identificar as instâncias formais de controle social do crime e o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, assim como a seletividade criminal, cifras ocultas e Política Criminal.
- Estabelecer um debate crítico sobre as funções de Polícia Investigativa e seu papel na democracia brasileira;
- Introduzir as teorias da prevenção criminal, as estratégias de prevenção da criminalidade e temas correlatos;
- Analisar as propostas da Justiça Restaurativa;
- Examinar, sob a visão da Criminologia, os crimes de colarinho branco, a lavagem de dinheiro, o crime organizado e temas correlatos;
- Identificar os problemas vividos na comunidade: analisar as suas causas principais e como responder com ações criativas.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Manuel da Costa Andrade; DIAS, Jorge de Figueiredo. Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECCARIA, Cesare Bonesana Marchese di. Dos delitos e das penas. São Paulo: Edipro, 2003.

CUSSON, Maurice. Criminologia. 2. ed. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2002.

FERRO, Ana Luiza Almeida. Sutherland, a teoria da associação diferencial e o crime de colarinho branco. De jure. Revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, n. 11, p. 144-167, jul./dez., 2008.

FERNANDES, Luis Fiães. A prevenção da criminalidade. In: VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. II Colóquio de segurança interna. Lisboa: Almedina, 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Edmundo; ZAFFARONI, Eugênio Raul. Criminologia e Política Criminal. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia complementar:

CRAWFORD, Adam. Crime prevention & Community Safety: Politics, Policies & Practices. London: Longman, 1998.

CULLEN, Francis T.; WILCOX, Pamela. The Oxford handbook of criminological theory. New York: Oxford university press, 2013.

DAS, Veena at al. Violence and subjectivity. Los Angeles: University of California Press, 2000.

DOWNES, David; ROCK, Paul. Understanding Deviance. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GUIA, Maria João. Imigração e Criminalidade: Caleidoscópio de Imigrantes Reclusos. Coimbra: Almedina, 2008.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de. O que é criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de. Tratado de Criminologia. 3. ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. El delito de cuello blanco. Madri: La Piqueta, 1999.

Módulo IV - A complexidade do fenômeno drogas para o profissional de Segurança Pública: a Investigação Policial e os Direitos Humanos

Carga Horária: 80 horas

Competências do módulo

- Conhecer as atitudes necessárias ao exercício da atividade policial pautada no respeito aos Direitos Humanos e na compreensão da inserção de sua atividade em um Estado Democrático de Direito, frente à complexidade do fenômeno drogas, capaz de aplicar modernos procedimentos típicos e atípicos de investigação associados ao tema, tornando-se ainda um disseminador dos malefícios das drogas.

Eixos Temáticos: Drogas proibidas no Brasil; Usuário e Traficante; Lei de Drogas; Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas; Cenários global, regional, nacional e distrital do tema drogas; As oito plantas psicotrópicas proscritas no Brasil; A origem da droga; Investigação do tráfico de drogas; medidas judiciais que propiciam ou otimizam a investigação do tráfico de drogas; entrega



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

vigiada, retardamento e infiltração; técnicas de investigação do crime de tráfico de drogas e seus consectários; A estrutura da investigação do tráfico no Distrito Federal - unidades circunscricionais e especializadas; Operações de fechamento ou de conclusão de etapa da investigação; Direitos Humanos e o papel constitucional da Polícia; Interface entre Defesa da Sociedade e Repressão; Constituição de 1988 e o perfil do Estado Democrático Brasileiro; Papel da Polícia Civil no modelo de Segurança Pública brasileiro atual.

Objetivos do módulo:

- Discutir a previsão das drogas proibidas no Brasil e suas principais características;
- Compreender a complexidade do fenômeno drogas para o Estado Brasileiro;
- Conhecer a existência de oito plantas proibidas no Brasil e as previsões normativas;
- Compreender os panoramas atuais mundial, regional, nacional e distrital quanto às drogas;
- Compreender a atuação e a estrutura de Polícia Judiciária distrital destinada ao tema drogas;
- Assimilar os procedimentos modernos típicos e atípicos de investigação do tráfico de drogas;
- Conhecer as técnicas da entrega vigiada, da infiltração, da ação retardada, dentre outras;
- Discutir as possibilidades de utilização das metodologias ativas de ensino e aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do pensamento científico e crítico e a capacidade de resolução de problemas por parte de toda a população no enfrentamento das drogas.
- Compreender os aspectos metodológicos para a produção do conhecimento científico, especialmente sobre o tema drogas e dos aspectos relativos à docência.
- Repensar a atuação da Polícia no enfrentamento a essa realidade partindo dos pressupostos dos Direitos Humanos e da inserção pelo Constituição dos organismos de segurança pública em um Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

AIRES NETO, Abilio Wolney. **Princípios Constitucionais**. Goiânia: Tribunal de Justiça de Goiás, 2004.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BORGES, Guilherme Martins Teixeira. Confisco de Terras: Considerações acerca de sua atual configuração no Direito Agroambiental brasileiro. Goiânia. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=29e11ea8ec6c7804>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Serviço de Vigilância Sanitária). Portaria nº 344. Cria a regulação normativa das substâncias proibidas no Brasil. Republicada no Diário Oficial de 01 de Fevereiro de 1999.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa-RDC nº 37. Revisa a lista de substâncias proibidas no Brasil. Última a incluir plantas proibidas na lista. Publicada no Diário Oficial da União nº 127, de 03 de Julho de 2012.

BRASIL. Recurso Extraordinário nº 543974-MG. STF decide à unanimidade que a expropriação se dá de toda a propriedade. Recorrente: União Federal. Recorrido: Olivinho Fortunato da Silva. Relator: Min. Eros Grau. Brasília, 26 de março de 2009. DJE 099, publicado 29/05/2009.

BRASIL. Recurso Extraordinário nº 635336-PE. O tribunal julgou a modalidade de culpa no confisco entendendo não ser objetiva plena. Recorrente: Ministério Público Federal. Recorrido: União Federal, Ovídio Araújo Barros e outros. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 27 de Maio de 2011. DJE Nº 167, julgado em 14/12/2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Caderno Temático de Referência: A Polícia Judiciária no enfrentamento às drogas ilegais. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.

GRECO FILHO, Vicente. Lei de drogas anotada: lei nº 11.343-2006. São Paulo: Saraiva, 2009.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. Direito Penal do inimigo: noções e críticas. Trad. André Luís Callegari. 4. ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

JÚNIOR, Javahé de Ilma. Lei de Drogas comentada. Florianópolis: Habitus, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 8a ed, Rio de Janeiro: 2014, v.2.

LOBO, Reinaldo. Cultura de plantas psicotrópicas proibidas no Brasil: confisco de terras e debates em direitos e princípios fundamentais. 4a ed, Curitiba: Prismas, 2018.

LOURENÇO, Cláudia. CRIME: livre arbítrio ou determinismo? Goiânia: Ilumina, 2016.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Curso de Investigação Criminal. Brasília: Atlas, 2013.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese de doutorado em Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. 273f.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar:

DELMAS-MARTY, MIREILLE. Processo Penal e Direitos do Homem: rumo à consciência europeia. Trad. Fernando de Freitas Franco. Barueri: Manole, 2004.

DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão. 3. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOREIRA, Erika Macedo. A criminalização dos trabalhadores rurais no Polígono da Maconha. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2007. 210f.

REZENDE, Reinaldo O. de F. M. L.. Breve análise crítico-comparativa entre os filmes “Tropa de Elite” e “Meu nome não é Johnny”. Disponível em: <www.direitonet.com.br>. (s.l.). Acesso em: 10 abr. 2017.

SANTOS, Pedro Sérgio dos. Direito Processual Penal e a insuficiência metodológica: a alternativa da mecânica quântica. Curitiba: Juruá, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos. Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

Módulo V - Planejamentos Operacionais na função policial

Carga Horária: 100 horas

Competências do módulo

- Atuar no exercício da atividade policial prática no dia-a-dia, pautada no respeito aos Direitos Humanos e na compreensão da inserção de sua atividade em um Estado Democrático de Direito, capaz de aplicar os métodos mais adequados de atuação operacional policial, bem como de defesa e proteção pessoal, tornando-se ainda um disseminador da importância dessas técnicas e dos equipamentos de proteção individual no proceder policial.

Eixos Temáticos: Planejamento Operacional. Legislação aplicada. Técnicas de entrada. Técnicas de abordagem policial em instalações. Técnicas de combate em ambiente confinado. Armas de fogo. Tiro real. Posturas defensivas. Técnicas com educativos de quedas e rolamentos sem armas de fogo. Técnicas de projeção de Judô. Pontos vitais. Técnicas de defesa contra gravatas. Técnicas de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

defesa contra agarramentos. Técnicas de porção de punhos e chave de braço. Técnicas de colocação de algemas com condução. Técnicas de contenção - mata leão e advertências. Conceito de elementos desestabilizadores. Técnicas com elementos desestabilizadores. Regras de segurança. Proteção 360°. Zonas de atuação policial. Distinção entre emergência e urgência. Equipamentos de proteção individual. Hemorragia: formas de contenção. Transporte Emergencial de Vítima.

Objetivos do módulo:

- Empregar corretamente técnicas de imobilização e de defesa pessoal policial em atividades de Polícia Judiciária em consonância com os direitos e a dignidade da pessoa humana, bem como considerando o uso diferenciado da força, a legalidade, a necessidade, a moderação, a proporcionalidade e a conveniência;
- Suportar o esforço físico exigido pelo treinamento específico, para o bom desempenho de suas atribuições, visando aprimoramento técnico de imobilização e defesa pessoal policial;
- Executar as técnicas educativas de quedas e rolamentos;
- Adotar posturas defensivas e executar as técnicas de projeção como meio de defesa pessoal policial;
- Formar policiais que compreendam as regras operacionais para cumprir Mandados, primando pela segurança de inocentes, de testemunhas e dos demais policiais;
- Conhecer técnicas de abordagem em equipe;
- Planejar e Utilizar táticas e técnicas de entrada;
- Aplicar os conhecimentos básicos em atendimento pré-hospitalar, de modo a agir de forma precisa, rápida e segura, em cenário policial;
- Avaliar e promover a segurança individual, do grupo e da cena;
- Compreender a importância dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI;

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de dezembro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 19 dez. 2017.

KANO, Jigoro. Judô Kodokan. São Paulo, SP: Cultrix, 2008.

ARAÚJO, Altair Bezerra de; COSTA, Israel Luna da. Manual de Procedimento - Defesa Pessoal Policial. Uso Legal da Força e da Arma de Fogo – Imobilização, condução, colocação de algemas e retenção de arma de fogo. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 11. In: Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Disponível em

<<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=11.NUME.%20E%20S.FL SV.&base=baseSumulasVinculantes>>. Acesso em 12/04/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Brasília, 2010.

CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha). Primeiros Socorros em Conflitos Armados e outras Situações de Violência. 2006.

PCDF. Polícia Civil do Distrito Federal. Corregedoria-Geral de Polícia. Recomendação nº 007, de 28 de setembro de 2016. Boletim de Serviço nº 188/2016, Brasília, 29 de set. 2016.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Presidência da República. Decreto Presidencial n. 8.858, de 26 de setembro de 2016. Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 27 set. 2016. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, vinculada ao Ministério da Justiça, Curso em EAD do Uso Diferenciado da Força.

PHTLS - Prehospital Trauma Life Support: Military, 2014 - 8ª edição.

PHTLS - Prehospital Trauma Life Support. NAEMT (Nacional Association of Emergency Medical Technicians). 2016- 8ª edição.

SENASP. Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andreia da Silveira Passos... [et



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. ISBN: 978-85-85820-76-3

**ANEXO II - TERMOS DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DOS DOCENTES QUE
ATUARÃO NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**